

O GENOCÍDIO DE DARFUR E A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Íris Viegas Francisco

Resumo

O conteúdo do presente trabalho busca descrever e estabelecer uma relação entre o genocídio africano cometido no Sudão, na região de Darfur, em 2003, e as teorias da Ciência Política e das Relações Internacionais, delineando assim um paralelo entre o fato histórico e o contexto social, cultural e econômico que o envolve, mencionando desta forma, outros temas importantes para uma compreensão mais embasada sobre o assunto. Salienta-se a ditadura de Omar Al-Bashir, que é o presidente do Sudão desde 30 de julho de 1989. Em 4 de março de 2009, o Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado de prisão para a captura do ditador sendo, desta forma, o primeiro chefe de Estado em exercício a ser alvo de um mandado internacional de captura, já que o procurador Luís Moreno Campo garantiu ter reunido provas suficientes para sustentar as acusações do envolvimento do ditador no genocídio de Darfur. Constitui-se um objetivo mostrar que o ocorrido não se trata de um conflito entre muçulmanos e não muçulmanos. Trata-se de um conflito étnico-cultural e econômico, que se iniciou por motivos políticos e ganhou contornos raciais ao longo dos últimos anos. Promovido por forças militares e impulsionado por interesses econômicos, como o fortalecimento das relações comerciais com outros países, todos estes fatos aliados a uma sociedade cada vez mais ligada aos meios de comunicação social desembarcou nas formulações teóricas de Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo, cujo autor busca explicar como determinados fatos podem desencadear-se em espetáculos, com a única função de chamar a atenção e fornecer uma falsa consciência sobre o assunto, mas que na realidade deixa o indivíduo precariamente informado sobre o que ocorre no mundo. Porém este não racionaliza de maneira crítica tal conteúdo. O trabalho busca analisar o genocídio de Darfur, relacionando-o aos estudos de mídia, embasado em correntes filosóficas que propiciam um novo ponto de vista sobre o conflito.

Palavras-chaves: Genocídio, Darfur, Sociedade do Espetáculo.

INTRODUÇÃO

A África possui uma extensa variedade de representações culturais, sociais, políticas, econômicas e religiosas, mas é alvo de uma homogeneidade causada por vários fatores: um deles é a mídia massificadora associada a indivíduos alienados que não buscam o conhecimento específico de determinado Estado africano, mas permitem que se faça uma leitura superficial e homogeneizante do continente sem levar em consideração toda sua diversidade, desta forma desenvolvem uma estereotipagem continental. Logo, baseados no estudo do continente e na observação de vários Estados africanos desperta-se a oportunidade de estudar este continente, tendo como recorte geográfico o Sudão devido ao fatídico genocídio em Darfur.

O presente trabalho tem por objetivo compreender a história do conflito na região de Darfur sem fazer o uso de falácias construídas sobre o continente, utilizaram-se como ferramentas metodológicas buscas em *sites*, livros, jornais e revistas referentes ao assunto e adotaram-se os pensamentos de Guy Debord, Hannah Arendt e as teorias da Escola Crítica como alicerces de uma fundamentação teórica que foi utilizada na interpretação dos fatos, trazendo para o meio acadêmico um paralelo existente entre as teorias do pensamento e as ações ocorridas no cenário do Estado sudanês, tornando assim este assunto mais discutido no meio acadêmico.

O TCC (trabalho de conclusão de curso) está dividido em dois capítulos, onde o primeiro visa abordar a mídia no contexto das Relações Internacionais, do ponto de vista da Escola Crítica, para compreender a formação da sociedade de massa e ainda, a contextualização teórica da banalização do mal que está inserida neste fato histórico, pois a banalização do mal se baseia na mecanização e massificação tanto de atividades mentais quanto do sentido material da realidade dos indivíduos, como no caso das ditaduras que não foram apenas idealizadas pelos seus ditadores, mas sim por toda uma sociedade nacional e internacional que colaborou para seu surgimento, existência e permanência de maneira direta ou indireta. Objetiva-se ainda neste capítulo analisar a alienação causada pela sociedade do espetáculo teoria desenvolvida pelo filósofo Guy Debord.

O segundo capítulo busca-se abordar os acontecimentos históricos ocorridos na

região de Darfur (Sudão) que se desdobrará no genocídio em 2003 para uma melhor abordagem do assunto identifica-se os Estados que fazem parte do cenário internacional e estavam envolvidos no genocídio de maneira indireta ou direta e seus motivos para tais posturas assumidas na época.

No que se refere à introdução, este seguimento do TCC descreve de maneira breve a ditadura militar de Al-Bashir, um dos principais ditadores da África subsaariana e considerado um dos responsáveis pelo genocídio e por manter grupos étnicos de Darfur em campos de refugiados sob condições genocidas.

Com o intuito de uma melhor compreensão do trabalho é necessário estabelecer alguns parâmetros históricos e identificar quais foram as motivações para a inserção do continente africano nas Relações Internacionais. Ao fazer o estudo da história africana é recorrente o deparar-se com teorias ultrapassadas sobre a história da civilização ocidental, cuja existência de equívocos em relação às diversas etnias africanas é frequente.

As teorias ocidentais ultrapassadas e muitas vezes preconceituosas construíram uma consciência planetária, que por consequência agregou ao conjunto de escrituras sobre a África as pré-noções e preconceitos decorrentes da época dos escritos. Mas com o passar do tempo algumas teorias perderam seu significado perante a sociedade, já que estavam baseadas em ideias racistas, que não se adequavam com os novos pensamentos da sociedade, causando assim, lacunas de conhecimento, que foram recheadas de falácias.

Sendo assim, é necessário lembrar a história do Sudão que viveu, durante mais de duas décadas, uma guerra particularmente violenta, o governo ditatorial árabe-muçulmano opondo-se ao Norte com os rebeldes cristãos e animistas ao Sul. Por muitos considerado mais um exemplo do "choque civilizacional" previsto por Samuel Huntington (1996), o conflito sudanês esconde, no entanto, uma realidade muito mais complexa de assimetrias e desigualdades políticas e socioeconômicas profundas.

Darfur é uma região quente, de natureza hostil, é dividida em três Estados: Darfur do Norte, Sul e o do Oeste. Juntos, representam quase um sexto do território do Sudão, o maior país da África. A religião da maioria da população é o islamismo – a assertiva vale também para Darfur. Há dezenove etnias no país, que por sua vez se dividem em seis centenas de tribos distintas.

O nome Sudão tem origem na palavra "negro", em árabe. "Terra dos negros": era assim

que os mercadores e traficantes de escravos vindos do Oriente Médio – introdutores do islamismo a partir do ano 1000, em substituição ao cristianismo – se referiam ao atual território sudanês. Um milênio de miscigenação fez com que em todas as tribos predominasse o mesmo tom de pele muito escuro, inclusive naquelas que se definem como "árabes".

A identificação étnica, hoje, tem mais a ver com hábitos culturais, como o nomadismo, do que com a aparência física. Desde a independência do Império Britânico, em 1956, os "árabes" do Norte do país detêm o monopólio do poder político e econômico, concentrado na capital, Cartum. Negligenciado pelo centro do poder, o sul, de maioria africana e católica, deflagrou em 1983 uma guerra de secessão que levaria à morte de dois milhões de pessoas.

Um acordo firmado em 2005 acabou com o conflito, dando mais autonomia e mais dinheiro aos Estados do Sul do país. Foi quando o Sul e o Norte iniciaram as conversações de paz, que deflagraram uma nova guerra civil em Darfur, onde havia dezenas de tribos majoritárias que se sentiam prejudicadas pelos sucessivos governos corruptos de Cartum. A população da região, quase toda muçulmana, é formada por dezenas de tribos, divididas entre as que também se dizem árabes, em geral nômades e pastoris, e outras de cultura eminentemente africana, de hábitos sedentários e dedicados à agricultura. A violência étnica, que já era parte do cotidiano local havia séculos, exacerbou-se quando milícias "árabes" começaram a ser armadas por encenqueiros – inclusive externos, como Muamar Kadafi, ditador da Líbia. Para agravar o conflito, grupos armados do Chade, empenhados em derrubar o governo de seu país, usaram a região sudanesa como refúgio.

O conflito caracterizou-se pelos rebeldes de Darfur, no começo da década, eram formados exclusivamente por membros de etnias como os furs, os zaghawas e os masalits, que se viram obrigados a se armar para proteger suas terras dos *janjaweds* (que eram milícias árabes nômades de várias regiões). O governo sudanês, reagiu aos primeiros ataques dos rebeldes, ampliando assim seu apoio às milícias.

Na prática, isso significou armar os *janjawedse* preparar o terreno para os seus ataques. Há relatos de aldeias que foram cercadas pelo Exército sudanês, para que ninguém fugisse antes de os *janjaweds* entrarem, saquearem, matarem indiscriminadamente e reunirem as mulheres para estupros coletivos. Hoje, os rebeldes provêm de todas as etnias

da região – porque a guerra contra elas é total. "Em Darfur, os árabes e os africanos se parecem uns aos outros. Foi a propagação da ideologia da supremacia islâmico-árabe entre os povos nômades do deserto que levou negros a matar negros," explica o historiador Muhammad Jalal, da Universidade de Cartum, em 2005 iniciando assim o genocídio de Darfur.

O termo "genocídio" não existia antes de 1944; ele foi criado como um conceito específico para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, *raciais*, e/ou religiosos. Em contraste, "direitos humanos", tais como definidos pela Declaração dos Direitos do Cidadão nos Estados Unidos ou pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948, dizem respeito a direitos individuais.

Em 1944, Raphael Lemkin (1900-1959), um advogado judeu polonês, ao tentar encontrar palavras para descrever as políticas nazistas de assassinato sistemático, incluindo a destruição dos judeus europeus, criou a palavra "genocídio" combinando a palavra grega *geno-*, que significa *raça* ou tribo, com a palavra latina *-cídio*, que quer dizer matar. Com este termo, Lemkin definiu o genocídio como "um plano coordenado, com ações de vários tipos, que objetiva à destruição dos alicerces fundamentais da vida de grupos nacionais com o objetivo de aniquilá-los". No ano seguinte, o Tribunal Militar Internacional instituído em Nuremberg, Alemanha, acusou os líderes nazistas de haverem cometido "crimes contra a humanidade", e a palavra "genocídio" foi incluída no processo, embora de forma apenas descritiva, sem cunho jurídico.

As mortes causadas pelo conflito são estimadas entre 50.000 (Organização Mundial de Saúde, setembro de 2004) a maioria das ONGs trabalha com a estimativa de 400 000 mortes. O número de pessoas obrigadas a deixar seus lares é estimado em 2.000.000. A mídia vem descrevendo o conflito como um caso de "limpeza étnica" e de "genocídio". O governo dos EUA assim como a ONU também o considera genocídio, embora as Nações Unidas ainda não o tenham feito, pois a China, grande parceira comercial do governo sudanês, defende o país em todos os fóruns internacionais que abordam o tema. Algumas propostas de intervenção militar internacional realizadas na ONU não foram aprovadas por veto deste país.

As organizações de ajuda e a Unamid (United Nations and African Union Mission in Darfur) enfrentam uma situação paradoxal em Darfur. Elas estão lá para proteger a

população civil, mas, para atuar, dependem da boa vontade do governo sudanês – algoz dos refugiados. A Unamid, por exemplo, precisa importar milhares de toneladas de equipamentos para suas tropas, de material de escritório a veículos blindados. Com frequência, os fiscais do governo sudanês levam meses para liberar os contêineres da Unamid na alfândega. Os trabalhadores humanitários passam por dificuldades semelhantes com a burocracia estatal.

A atividade das ONGs ficou ainda mais penosa depois do indiciamento de Omar al-Bashir, pelo promotor-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), o argentino Luis Moreno-Ocampo. O ditador foi indiciado por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra em Darfur. O Tribunal Penal Internacional (TPI) acusou na segunda-feira, 12, de julho de 2010 o presidente do Sudão, Omar al-Bashir, por genocídio em Darfur. A medida deve elevar a pressão diplomática sobre o isolado regime africano.

Al-Bashir não poderá mais viajar a nenhum país signatário do Tribunal Penal Internacional, incluindo o Brasil. Ele será preso se o fizer. Com isso, Moreno Campo criou um motivo a mais para os burocratas sudaneses, afundados em seus sofás velhos nos prédios públicos decrepitos de Cartum, repetirem seu mantra: "*Tomorrow, inshallah*". "Amanhã, se Alá quiser". A frase, parte em inglês, parte em árabe, é repetida em tom monocórdio nas repartições públicas do Sudão, como resposta aos estrangeiros que cobram a autorização do governo para viajar a Darfur.

Com o genocídio não houve apenas mortes, existiu também a parcela da população que fugiu, e instalou-se nos campos de refugiados que eram verdadeiras bombas populacionais: a maioria continua recebendo milhares de pessoas por ano. Os refugiados buscam desesperadamente um lugar onde possam ter alguma sensação de segurança, por menor que seja. "A maioria dos campos está à distância de um dia de caminhada de uma base da Unamid", diz o diretor de Informação Pública Kemal Saiki, come três vezes por dia e já serviu em meia dúzia de missões de paz ao redor do mundo.

Nos campos, os refugiados têm condições mínimas de se sustentar por conta própria, pois não há espaço para plantar ou manter uma criação numerosa de bodes e camelos. Outros homens tentam algum subemprego nas cidades e as mulheres recolhem lenha para vender, sob o risco de serem estupradas nos arredores do campo. A violência sexual é um problema real em Darfur, mas o governo não toca no assunto, pois é um tabu, impedindo as

ONGs de criar programas de apoio psicológico às mulheres, segundo o subsecretário-geral da ONU para Assuntos Humanitários, John Holmes.

As condições de vida dos sudaneses contrastam com os recursos naturais de seu país. A exportação de petróleo estimula um crescimento econômico que, no ano passado, foi de 12,4%. Isso faz do país a segunda economia que mais cresce na África, atrás apenas de Angola. Sob sanção econômica dos Estados Unidos desde 1997, por apoio ao terrorismo islâmico e pelo conflito em Darfur, o Sudão está à margem do sistema financeiro mundial. Todo viajante no país se torna um cofre ambulante, já que cartões de crédito não são aceitos e é preciso carregar dinheiro em espécie.

O isolamento aproximou o Sudão da China, hoje seu maior parceiro comercial e investidor. Os chineses são os maiores acionistas da principal empresa petrolífera do país e dominam os contratos na área de infraestrutura, onde ainda há tudo por fazer: o Sudão tem apenas 3000 quilômetros de estradas e ruas asfaltadas, das quais quase metade foi construída pelo terrorista Osama bin Laden, que viveu em Cartum na década de 90 a convite do governo.

Os interesses econômicos da China no Sudão deram a Al-Bashir um aliado com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. Isso explica em parte por que é tão difícil aprovar resoluções de represália ao seu governo – outra razão é a ajuda que o Sudão recebe de países como o Brasil, que se absteve em 2006 numa votação da ONU que visava a exigir a investigação dos crimes em Darfur. Quando permite a aprovação de sanções, a China não as respeita: o país asiático vende equipamentos militares às forças sudanesas, apesar da resolução das Nações Unidas que proíbe o comércio de armamentos com o país africano.

Estes acontecimentos relatados dão uma visão generalizada dos acontecimentos que circundaram o fatídico genocídio de Darfur e permita uma melhora deste fato histórico de extrema relevância.

Capítulo 1: A mídia, a “sociedade do espetáculo” e a “banalização do mal”

1.1 A mídia no contexto das Relações Internacionais

A fragmentação do poder é uma característica marcante do cenário internacional contemporâneo, pois mostra que o Estado não é o único ator no cenário internacional, desta forma é admitido à mídia e outros atores como parte fundamental deste sistema. Nas últimas décadas, o surgimento de novos atores, além de refletir a sua complexidade, sugere que o estudo das Relações Internacionais implica em acompanhar a mobilidade das teorias, modelos e teses criados para tentar explicar a veloz dinâmica desse sistema.

Apesar do envolvimento dos meios de comunicação nas questões internacionais ser um fenômeno recente — possui menos de um século — é possível afirmar que a relação estabelecida entre eles e a vida internacional não se trata de algo efêmero.

Os Estados não são os únicos sujeitos das Relações Internacionais levando isto em consideração, foi permitido situar o papel de vários outros atores inclusive a mídia como um ator de grande importância na configuração dessas relações. Para tal, deve-se observar a expansão da comunicação internacional e seu papel nos estudos acadêmicos, pois conforme o pensamento de Briggs e Burke:

A tarefa de oferecer à mídia um papel relevante nas Relações Internacionais somente é possível ao se considerar a importância do passado em relação ao presente e trazer a história para o interior dos estudos de mídia e mídia para dentro da história. (BRIGGS e BURKE, 2004, p. 46).

A importância da história está também no fato de que ela “perpassa, na posição de fundamento e espaço de articulação, os discursos que à nossa época é permitido enunciar” (AMARAL, 1977, p.129). Nesses termos, toda pergunta é, no limite, uma pergunta histórica, já que está submetida à rede de experiências do tempo em que é perguntada. Assim, o apelo à história responde ainda ao esforço de “manter a análise das formas simbólicas tão estreitamente ligadas quanto possível aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas, o mundo público da vida comum, e organizá-la de tal forma que as conexões entre as formulações teóricas e as interpretações descritivas não sejam obscurecidas” (GEERTZ, 1989, p.40).

Apesar do largo emprego, é difícil encontrar uma definição consensual explícita do conceito de mídia entre os pesquisadores do campo da comunicação. Seu uso predominante parte de uma quase extensão ou decorrência natural do conjunto de meios de comunicação. Mídia, termo derivado do latim *medium*, ou “meio”, cujo plural é media. Refere-se vulgarmente à indústria da comunicação e suas empresas, seus trabalhadores, produtos e as tecnologias usadas. Na teoria da comunicação, em geral, designa os meios de comunicação de massa.

Tornou-se senso comum afirmar que a presença da mídia é cada vez mais central à política e à vida pública. Parece paradoxal, contudo, que grande parte dos estudos sobre a teoria democrática e a esfera pública negligencie os meios de comunicação, como se eles não existissem ou não tivessem valor para explicação dos fenômenos sociais.

Muitos estudos sobre os processos de constituição da vontade política e da opinião pública ignoram a mídia, mesmo sabendo que ela impõe transformações na própria esfera

política. Existem práticas tradicionais da política, desde campanhas de boca a boca até organizações de movimentos sociais, entre outros, que demonstram o enraizamento de tais práticas nos meios de comunicação.

A mídia reconfigura os padrões dos discursos políticos e as relações entre o representante e o representado. Ela é a principal instância para líderes políticos divulgarem informações sobre suas atividades, buscarem adesão em campanhas eleitorais ou conquistarem suporte público dentro do jogo político. “A grande maioria das informações que os cidadãos comuns necessitam para tomar decisões e agir na esfera política, articula-se com os meios de comunicação.” (BRIGGS; BURKE, 2004. p.15).

A concepção da política, não apenas restrita ao modo dos governos que Norberto Bobbio explica em seus livros, mas a uma política mais abrangente, a que envolve também os processos da associação cívica, negociação e a luta entre os sujeitos nas interações do dia a dia. A mídia ocupa um lugar na configuração do cotidiano e na politização de questões que acontecem.

Tem-se acesso a uma expressiva diversidade de imagens e fluxo de informações sobre modos de vida, culturas, paisagens, tipos humanos, conflitos e ambientes. O familiar e o próximo misturam-se com o estranho e o distante de modo que as fronteiras entre tais domínios tornam-se quase irreconhecíveis.

Os meios de comunicação promoveram uma reorganização dos processos de aprendizagem, de conservação cívica e de mobilização. A população extrai insumos tanto de noticiários e programas de natureza informativa quanto daqueles que são apenas entretenimento e ficção que não têm nenhuma responsabilidade ou compromisso com a verdade dos fatos ou com a educação dos seus usuários.

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação abre um grande leque de possibilidades para a interação virtual entre indivíduos e grupos, para a coordenação da ação política ou para a promoção de mobilizações através de redes em escala planetária.

Causa perplexidade o fato de estudos sobre a constituição da vontade política e de práticas democráticas não tenham muitas pesquisas sobre a mídia e suas influências políticas. É fundamental o surgimento de novos campos de conhecimento ou formas de conhecer ainda não codificadas pelas instituições existentes. Desta forma, boa parte dos

estudos desenvolvidos em outras áreas do conhecimento tem dificuldade de incorporar a mídia como uma variável significativa na interpretação e explicação dos fenômenos sociais. Admite-se e tem-se o reconhecimento de que a maioria da comunicação política é hoje mediada pela mídia e, mesmo assim, esta permanece como um ente metafísico pairante nos estudos sociais sem ser decodificada.

Frequentemente, não se dá atenção à existência de vários meios de comunicação e de produtos midiáticos, assim como seu uso que é tão variado quanto as práticas sociais. Desta forma, tem-se por consequência uma enorme gama de fenômenos comunicativos distintos, os quais precisam de aparatos conceituais e instrumentais analíticos específicos para o estudo aprofundado.

O tema do genocídio está sendo cada vez mais utilizado por entidades midiáticas como, por exemplo, HBO (*Home Box Office*), rede de televisão estadunidense que transmite em mais de 150 países e comprou o documentário ***Sand and Sorrow***, sobre o genocídio em Darfur, e pretende transmitir um filme baseado neste. Narrado por George Clooney (que ganhou um Emmy¹), o documentário faz a crônica dos fatos que levaram à ascensão do governo de domínio árabe em Darfur, oferece uma perspectiva informada sobre a situação no local e examina o legado de fracasso da comunidade internacional em matéria de respostas a tais crimes perversos contra a humanidade.

Sand and Sorrow acompanha o ativista dos direitos humanos John Prendergast, a professora da Universidade Harvard, Samantha Power, e o colunista do ***New York Times*** Nicholas Kristof, em sua viagem por valas comuns onde estão enterrados grande número de corpos, em Darfur, e por campos de refugiados ao longo da fronteira entre Chade e Sudão, além de sua ida ao Senado estadunidense. O filme inclui entrevistas com o Prêmio Nobel Elie Wiesel, o presidente Barack Obama e o senador Sam Brownback, os estudiosos do Sudão Alex de Waal e Gerard Prunier e o líder rebelde Minni Minawi.

Para John Shaffner, presidente e diretor executivo da Academia de Artes e Ciências Televisivas, Clooney compreendeu e aproveitou o poder da televisão, o meio de comunicação mais poderoso do nosso tempo, para chegar aos corações de pessoas em todo o mundo e nos obrigou a agir a favor daqueles que subitamente passaram necessidades de forma desesperada, assim como nos tragicamente oprimidos de Darfur.

¹Emmy é considerado um Oscar da televisão dos Estados Unidos da América.

O ato brutal é objeto de cobertura jornalística em formatos e estilos variados: na mídia impressa, na televisão, no rádio, na internet, em veículos de circulação nacional, internacional, local, e, ainda em rádios comunitárias. Tal evento gerou programas de auditório, *talk shows* ou entrevistas, em que reuniu atores sociais diversos como: representantes políticos, parentes de vítimas ou testemunhas do ocorrido, membros da corporação policial e dos bombeiros, especialistas em terrorismo, cientistas políticos, internacionalistas, diplomatas, assistentes sociais, advogados, etc. Foram chamados para discutirem sobre o acontecimento e suas implicações, abordando os mais variados pontos de vista.

O fato ainda gerou programas ficcionais, tais como filmes e inserções em novelas, sendo até reconstituído em documentários como, por exemplo: o filme e livro, *Os meninos perdidos*, o documentário ***Caminho para a liberdade*** e o livro ***O que é o quê***. Desta forma, pode-se observar que a mídia internacional designa o que os meios de comunicação de massa, cuja informação produzida é veiculada em inúmeros países, irá abordar. A mídia internacional é, normalmente, caracterizada pelos atores que se destacam no cenário da comunicação global e cujo material é tido como referência para a produção de diversos tipos de mídia ao redor do mundo. (CAMARGO, 2009, p.40).

Assim como a mídia é um termo internacional também é muito abrangente, envolvendo jornais cujas matérias publicadas têm relevância internacional, como é o caso do ***Le Monde, El País, New York Times, Bild***, entre outros. As agências internacionais de notícias possuem filiais em várias partes do mundo e as redes de televisão detêm audiências que alcançam diversos pontos do mundo. As principais definições da comunicação internacional baseavam-se na ideia de uma comunicação que ocorria através das fronteiras e estava diretamente associada às informações trocadas entre os governos. O progresso das tecnologias da informação, a globalização da mídia e o surgimento das indústrias culturais, no século XX, incluíram novos atores no domínio internacional da comunicação-informação e, assim, proporcionaram a sua desvinculação das questões governamentais.

O interesse acadêmico pela comunicação internacional ocorreu no período entre as duas grandes guerras e foi originado por três razões principais: a utilização da propaganda durante as décadas de 1920 e 1930; o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação e o advento do rádio, que trouxeram as pesquisas de audiência para as Ciências Sociais

(LAZARFELD,1952-53, p. 481 apud CAMARGO, 2009, p.41). O interesse acadêmico pela comunicação internacional ocorreu segundo CAMARGO:

[...] Até a década de 1960 os estudos da Comunicação Internacional eram excessivamente caracterizados por uma postura de pesquisa comportamental. As discussões trazidas pela Guerra Fria, no entanto, fizeram com que esse foco fosse desviado. De uma análise marcada pelo behaviorismo, as pesquisas da Comunicação Internacional debruçaram-se sobre as reflexões centradas no diálogo Norte-Sul. Foi esta guinada nos assuntos tratados que consolidou essa área de estudos nas questões relativas às Relações Internacionais. Esse fato deveu-se, fundamentalmente, ao debate “Nova Ordem Mundial das Informações e Comunicações ” - NOMIC- realizado pela Unesco entre as décadas de 1970 e1980. (CAMARGO, 2009, p.42).

No livro ***Uma História Social da Mídia*** pode-se observar que os diversos dispositivos midiáticos novos de comunicação que atuaram dentro e fora dos países prepararam o caminho até os dias atuais, naquilo que foi chamado com um certo toque de exagero “ a revolução da mídia do século XX”. (BRIGGS e BURKE, 2004.p. 126).

Na edição especial publicada às vésperas do ano 2000, a Revista ***Veja*** enumera:

Os 100 fatos que mudaram o mundo do ano de 100 até 2000 . É curioso notar que, dentre eles, nove estão diretamente relacionados a meios de comunicação, inclusive o considerado de maior importância e alcance: a imprensa de Gutenberg (1455). “A aceleração do Renascimento foi apenas o primeiro subproduto da imprensa de Gutenberg. Sem ela, o movimento protestante talvez não nascesse, bem como as revoluções industriais e políticas dos séculos seguintes. ”(VEJA,1999, p.121). [...] “pouca coisa se pode dizer com certeza sobre o futuro. (...) Sabemos apenas que, sejam quais forem os milagres que o próximo milênio trouxer, eles serão possíveis graças ao mesmo gênio: o computador” (VEJA, 1999, p.126).

Fato é que o novo milênio foi brindado com a Era da Informação: “Atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela internet e em torno dela” (CASTELLS, 2003, p.49-53). Do que se infere que a internet – um objeto técnico de comunicação – figura como elemento central para se pensar o mundo hoje.

Todas as mudanças tecnológicas que existiram ao longo da história do homem surgiram em cada contexto histórico, espacial e socialmente determinado, as formas materiais de tecnologia representaram uma combinação de diferentes níveis de poder econômico e político centralizado, enfrentando as aspirações contrabalanceadoras dos produtores por mais autonomia e autogestão.

Por isso, práticas tecnológicas refletem as contradições políticas entre as dinâmicas da

economia, tendendo à concentração e centralização do capital e às tendências opostas do sistema político, em direção à democracia e autogestão. Essa tensão dialética estabelece os limites da ciência e tecnologia como instrumentos de mudança social.

As pesquisas tecnológicas e seu desenvolvimento, as inovações e sua incorporação no sistema produtivo obedecem primeiramente a critérios econômicos e políticos. Em última instância o desenvolvimento social e econômico, incluindo ciência e tecnologia, não depende somente do volume de recursos disponíveis, mas de quem os controla e os usa, com que objetivos planos e valores.

A lição fundamental que a história social da tecnologia ensina: “as pessoas, as instituições e a sociedade em geral transformam a tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a” (CASTELLS, 2003, p.10). Se o significado da tecnologia está inextricavelmente atrelado à ação social, pode-se inferir que “uma ferramenta técnica é sempre uma relação social, e nossas relações sociais são informadas e midiaticizadas por dispositivos técnicos” (CAMARGO, 2009 p.121). Daí que “nossos estudos de comunicação devem abranger os aspectos simbólicos e técnicos dos fenômenos” (Ibid., p.121).

Nesse sentido, esta análise é motivada pela premência de se recordar que o desenvolvimento de uma tecnologia está condicionado e condiciona uma série de outros desenvolvimentos incluindo assim a mídia. Na sociedade, como se pretende sublinhar aqui, estes campos não são separados. Entender a mídia pode permitir uma melhor compreensão do tempo atual como um todo.

1.2 A ótica da Escola Crítica para interpretar os fatos

A finalidade da Escola Crítica era fazer uma investigação social sobre a industrialização moderna. Este movimento se iniciou na Alemanha e recebeu o nome de Instituto de Pesquisa Social, criado em Frankfurt em 1924. O Instituto tinha sido fundado com o apoio financeiro do judeu Felix Weil em 1923. Em 1931, Max Horkheimer tornou-se diretor do mesmo. É a partir da gestão de Horkheimer que se desenvolveu aquilo que ficou conhecido como a Teoria Crítica da Sociedade, comumente associada à Escola de Frankfurt.

Com a chegada de Hitler ao poder, na Alemanha, os membros do Instituto, na sua maioria judeus, migraram para Genebra, depois a Paris e Nova Iorque para poder dar

continuidade aos estudos. A primeira obra coletiva dos frankfurtianos foram os **Estudos sobre Autoridade e Família**, escritos em Paris, onde estes faziam um diagnóstico da estabilidade social e cultural das sociedades burguesas contemporâneas. Nestes estudos, os filósofos questionavam a capacidade das classes trabalhadoras em levar a cabo transformações sociais importantes. Este Instituto nasceu com uma inspiração marxista. No entanto adotou uma postura crítica ao marxismo, não levando em conta ideias como a "infraestrutura econômica" a luta de classes, etc. Segundo Griffiths:

Frequentemente inspirados, mas não limitados, pela tradição de pensamento marxista, mostram como as relações internacionais entre os Estados possibilitam (e dissimulam) as injustiças do sistema capitalista global. Esses pensadores são radicais em dois aspectos. Primeiro, acreditam que teoria e a prática não são campos de pensamento e ação separados e autônomos. Segundo, não se contentam com as reformas internacionais que se limitam a regulamentar as relações internacionais entre os Estados, especialmente quando se baseiam na capacidade e na vontade das camadas "superpotências". Acreditam que tanto o realismo quanto o liberalismo servem para manter a distribuição básica de poder e riqueza. Aham que precisamos refletir criticamente sobre as condições históricas subjacentes à desigualdade, as forças materiais e ideológicas que a sustentam e o potencial para as reformas radicais do sistema a favor de uma ordem mundial mais justa (GRIFFITHS, MARTIN, 2004,p.161).

Considera-se que para os frankfurtianos a arte de uma obra não se mede por sua fidelidade à matriz já existente, seu caráter inovador e único é que faz dela uma obra prima. Não devendo existir medo de fazer e pensar de forma diferente, pois é graças ao pensar de modo diferente que existe mobilidade de pensamentos e ideias revolucionárias. Mas quando vivemos em uma época que nomes como os de Picasso ou Schönberg pertencem a um tempo que já não existe mais, devemos nos perguntar por quê? E para os pensadores desta Escola era simples responder esta pergunta, pois tudo se baseava na lógica do mercado.

Para os frankfurtianos, nada escapa à lógica implacável do mercado que permeia todas as relações humanas. Para os teóricos da Escola Crítica no capitalismo tudo vira mercadoria. A tecnologia tem apenas um nome: negócio. Um negócio que esconde por detrás da explicação em termos do avanço tecnológico o mundo em que a técnica encarna o poder dos grupos e das classes dos economicamente mais fortes sobre o resto da sociedade. A racionalidade técnica encarna assim a própria racionalidade do domínio que chega à estandardização e à produção em série.

O termo Indústria Cultural foi utilizado pela primeira vez em 1947 no livro **Dialética**

do Iluminismo de Theodor Wiesengrund Adorno (1903 - 1969) e Max Horkheimer (1895 – 1973). Adorno também o utilizou numa série de conferências via rádio em 1962 visando substituir outro termo: cultura de massa.

Os detentores dos veículos de comunicação e defensores da expressão cultura de massa querem dar a entender que se trata de algo como uma cultura espontânea das próprias massas. Para muitos estudiosos, que divergem dessa visão, a indústria cultural não apenas adapta seus produtos para o consumo das massas, mas determina o próprio consumo, e este não está apenas ligado a mercadorias convencionais, mas também a mercadoria da informação.

A indústria cultural com seu estilo manipulador influencia a todos em uma sociedade, pois estão sendo bombardeados a todo o tempo com suas falácias, sobre modo de pensar, criar, se vestir, mas mesmo assim esta argumenta que não passa da vontade do povo, quando, na verdade, impede o indivíduo de criticar, escondendo as desigualdades e contradições do sistema capitalista, tentando fazê-los acreditar que o que é exibido é o que a sociedade quer ver.

O ato televisivo nada mais é que a expressão da indústria cultural que mais alcança o residente de uma comunidade sócio-economicamente baixa, refletindo os valores e técnicas dessa cultura, o cidadão morador de tal comunidade, trabalhador e explorado pelo modo de produção vigente em seu país, pelo fato de apenas conseguir possuir objetivações primárias como, por exemplo, o trabalho que é a objetivação primária do ser social, para se manter vivo e suprir suas necessidades fundamentais, sendo exaurido de todo e qualquer outro tipo de objetivação que no caso seriam as secundárias que são por exemplo acesso a arte, ciência, filosofia, religião, tem apenas como refúgio a grande reprodutora da realidade: a produção midiática.

Horkheimer, Adorno, Marcuse e outros pesquisadores frankfurtianos criaram o conceito de "Indústria Cultural" para definir a conversão da cultura em mercadoria. O conceito não se refere aos veículos (televisão, jornais, rádio, etc.), mas ao uso dessas tecnologias por parte da classe economicamente dominante. A produção cultural e intelectual passa a ser guiada pela possibilidade de consumo mercadológico.

Segundo Erica Silva (1 de novembro de 2010) dentre as características mais veementes da indústria cultural, destaca-se seu poder em destituir dos indivíduos a

autonomia em julgar e decidir. Se a revolução industrial mecanizou a relação entre homem e trabalho, a indústria cultural mecanizou a relação entre o homem e sua própria subjetividade. Se as políticas neocolonialistas conquistavam consumidores na África, os “tecno conquistadores” pós-modernos desbravam Áfricas nas almas dos consumidores. Pois é no espaço etéreo da alma humana que fica a arena dos novos colonizadores.

Desde o surgimento da mídia televisiva, vem-se configurando um interessante fenômeno social: cada vez mais o aparelho televisor funciona como centro de convergência que acolhe o espírito gregário do ser humano. Num processo dialógico-dialético, a sociedade contemporânea constrói e é continuamente reconstruída pela televisão. Desde muito jovens, as pessoas sentam-se ante da televisão, esperando que ele responda à primordial questão filosófica: quem são? O aparelho responde.

É dele que se absorve grande parte do instrumental cognitivo que orienta nossa constituição enquanto indivíduos. Tal como um rito pós-moderno, o hábito de assistir à TV produz marcas no espectador. As imagens sucedem-se rapidamente, fragmentadas, provocando sensações, despertando desejos e necessidades e por que não constituindo a identidade do sujeito?²(SILVA, Erica. A Indústria Cultural: Mídia Televisiva e a constituição do sujeito. Disponível em:<http://www.scribd.com/doc/2383210/A-INDUSTRIA-CULTURAL> Acesso em: 1 de novembro de 2010).

É exatamente neste ponto que entra a visão crítica da sociedade pós-moderna que não está apenas limitada pelos veículos televisivos, mas pelo grande mito do século XXI: a internet. Porém, a Indústria Cultural e a Comunicação de Massa não podem ser separadas já que são dependentes uma da outra, pelo fato de existirem diversos meios de comunicação que são capazes de atingir através de uma mensagem um grande número de indivíduos. Essa indústria é consequência de uma sociedade industrializada, muitas vezes alienada, que aceita ideias e mensagens sem um uso da dialética e da alteridade citados por Guy Debord e Hanna Arendt e, desta forma, as ideias passadas por meios de comunicação que possuem contato com a maior parte da sociedade internacional fazem entrar de maneira quase imperceptível modos de pensar e agir que atingem diretamente as almas e mentes dos indivíduos, não existindo nenhuma barreira, criando-se assim uma sociedade de consumo global, sem restrições. A sociedade de massa segundo o ponto de vista de Norberto Bobbio é o seguinte:

2 SILVA, Erica. A Indústria Cultural: Mídia Televisiva e a constituição do sujeito. Disponível em:
<http://www.scribd.com/doc/2383210/A-INDUSTRIA-CULTURAL> Acesso em: 1 de novembro de 2010.

A sociedade de massa pode ser definida como uma sociedade em que a grande maioria da população se acha envolvida, segundo modelos de comportamento generalizados, na produção em larga escala, na distribuição e no consumo dos bens e serviços, tomando igualmente parte na vida política, mediante padrões generalizados de participação, e na vida cultural, através do uso dos meios de comunicação de massa.[...] A sociedade de massa é um fenômeno recente, do nosso século; mas, ao mesmo tempo ela é resultado de um longo processo de modernização, que pressupõe um progressivo envolvimento social, político e cultural das grandes massas da população (BOBBIO, 2004, P. 1211).

Desta maneira, podem-se receber informações diariamente de tudo que se passa ao nosso redor e em todo o mundo. Assistimos notícias, anúncios, filmes, detalhes de atores e celebridades e assuntos gerais que ocupam o tempo e nos isolam da nossa própria realidade. Guy Debord escreveu sobre a ligação solitária, já que a origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno revela a totalidade dessa perda: a abstração de todo trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo *modo de ser concreto* é justamente a abstração.

No espetáculo, uma parte do mundo *se representa* diante do mundo e lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação. O que liga os espectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro que os mantém isolados. O espetáculo reúne o separado, mas o reúne *como separado*. (DEBORD, 1997, p.23). Desta forma, o autor visa evidenciar a solidão mesmo na multidão, já que, a grande maioria da população mundial tem acesso às mesmas informações, porém não estão socialmente unidas.

Toda essa comunicação impõe um padrão de vida e felicidade a ser alcançado, com objetivos e ideais muitas vezes impossíveis para todos, mas diante da televisão isso se torna possível. Assim os indivíduos abdicam de sua liberdade pelos meios de comunicação e deixam-se ser controlados, em troca de uma realidade inventada, criando, desta forma, o Homem-massa (que é um ser humano dotado de um grande conformismo), que é primeiramente estudado por Ortega y Gasset e interpretado por Bobbio da seguinte maneira:

O homem-massa se sente à vontade quando é igual a "todo mundo", isto é, à massa indiferenciada. Todavia, um ensaio mais elaborado de descrição do conformismo da Sociedade de massa se encontra na análise do "conformismo de autômatos" levada a efeito por E.Fromm em Fuga da liberdade, mas mais ainda no conceito de caráter "heterodirigido" - contraposto tanto ao caráter "autodirigido" como ao de "direção

tradicionalista”- que Riesman teoriza em *Multidão solitária* (BOBBIO,2004,P. 1211).

Nas sociedades contemporâneas, altamente complexas, as relações interindividuais devem ser regidas por regras objetivas, para que o indivíduo se torne compatível com a sociabilidade. Isso significa que há poucas oportunidades para que a aproximação entre as pessoas se faça por intermédio de movimentos subjetivos, isto é, por via de impulsos de liberdade. Como as relações devem ser objetivas e sistematicamente reguladas por mecanismos de controle social, tanto o eu quanto o outro se transformam em elementos de uma funcionalidade sistêmica, e os vínculos tendem a ser objetivamente utilitários.

É preciso entender ainda que a sociedade de indivíduos é também uma sociedade de massa. Há indivíduos, mas as diferenças tendem a se anular: os indivíduos estão separados, mas homogêneos. Esse aparente paradoxo se explica pelo fato de que a separação é necessária para a manutenção da particularidade individual, mas não há qualquer interesse dos poderes estabelecidos no cultivo de uma individualidade singular, que só viria a se constituir como obstáculo à administração e controle da sociedade como sistema.

1.3 A “mercantilização” da mídia

Os órgãos da mídia, quando privados, são empresas capitalistas de comunicação, que, portanto, objetivam o lucro. Segundo Max Weber, deve-se observar a relação entre capital e função ideológica. Pois, o poder da mídia implica, portanto, um instável equilíbrio entre: a) formar opinião, b) receber as influências de seus consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores, internautas, entre outros) e sobretudo de toda a gama de fornecedores e anunciantes, além do próprio Estado (em virtude de questões tributárias e regulatórias), c) auferir lucro e d) atuar como aparelho privado de hegemonia.

Sendo assim, se a notícia é, de fato, uma mercadoria, de um tipo especial e como tal necessita ser tratada de uma forma igualmente especial, tendo em vista as inúmeras consequências que pode acarretar (consequências que assumem cada vez mais dimensões planetárias). Como ilustração da repercussão social que as notícias podem ter – na forma estrita ou como boato, versões, insinuações, entre outras modalidades –, basta citarmos as elevações e quedas das bolsas de valores e das moedas em função de especulações muitas vezes iniciadas e/ou estimuladas pela mídia.

Mais ainda, a exposição da vida privada de personagens públicos vem, frequente e

crescentemente, ocasionando danos morais às suas imagens, levando inclusive à interrupção de carreiras e ao estigma social: é por isso que a figura dos paparazzi é emblemática tanto do ponto de vista da invasão da privacidade quanto do advento de uma sociedade – nesse sentido global – ávida pelo espetáculo, inclusive no âmbito político. Embora não adotemos aqui pressupostos pós-modernos, que imaginam as sociedades contemporâneas como simulacros, a ideia de espetacularização da política e da sociedade – que se distingue do conceito de simulacro –, por meio da mídia, é um elemento crucial ao poder dos meios de comunicação.

Ocorre, assim, uma combinação, muitas vezes propositada, entre o fato e a versão, o real e o imaginário, o acontecimento e a ficção, em prejuízo de algo ou alguém (indivíduo ou coletivo). Portanto, essa confusão na mídia é, sob todos os aspectos, perniciosa à sociedade internacional. Note-se que não aceitamos a ideia de uma verdade única, pois impossível de observar-se, mas sim de uma imprensa que expõe as múltiplas verdades, isto é, as múltiplas interpretações dos fatos (plurais portanto).

Por conta disso se tornam necessários os limites, como observado por Bobbio, em busca de uma compreensão da política moderna, cotejada à antiga, à guisa de Benjamin Constant: “O tema fundamental da Filosofia Política moderna é o tema dos limites, umas vezes mais restritos, outras vezes mais amplos conforme os autores e as escolas, do Estado como organização da esfera política, seja em relação à sociedade religiosa, seja em relação à sociedade civil (entendida como sociedade burguesa ou dos privados)”(BOBBIO, 1986, p. 960).

A mídia, ao constituir-se como um poder extrainstitucional embora republicano, foi paulatinamente reconhecida como uma instituição política e, sobretudo, como pressuposto à democracia, a ponto de a adjetivação democrática só ser conferida a sociedades em que a livre manifestação da opinião, sobretudo por intermédio da mídia, exista. Tendo em vista esses pressupostos, cabe novamente a pergunta: quem controla a mídia?

Enfatize-se que tal indagação é legatária da tradição crítica, que, em rigor e como vimos, preocupava-se com “a fiscalização dos fiscais” e com “o controle dos controladores”. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla. Assim, a luta pelo controle e democratização da mídia assume contornos de uma verdadeira guerra de posições, o que implica atuar em todos os campos possíveis, sem exceção. Afinal, o autoelogio que a mídia como um todo faz

de si em relação à sua capacidade investigativa sobre o poder do Estado e sobre as autoridades é perfeitamente contemplado pela capacidade do próprio Ministério Público, por exemplo – entidade capaz, legal e tecnicamente, de promover investigações em concomitância às suspeitas e mesmo de maneira preventiva.

Em outras palavras, o poder fiscalizador e investigativo que a mídia autoproclama pode e deve ser exercido por instituições de fato públicas, caso do Ministério Público, das organizações civis sem fins lucrativos e de determinadas organizações não governamentais, entre inúmeros outros atores. Afinal, a mídia é um agente privado que objetiva fins privados: o lucro.

Daí a sua atuação, em determinadas notícias espetaculares, paralelamente ao seu papel estrutural de procurar influenciar a chamada “opinião pública”, voltar-se à divulgação e mesmo à vulgarização de ideias, tornadas simples, generalizantes, contrapostas e unilaterais caso da introdução da agenda ultraliberal no país.

Por fim, cabe recordar que, embora os receptores das mensagens não sejam autômatos, como bem nos lembra a vasta gama de teorias, este trabalho não está apenas voltado a esse aspecto do problema, como considera fundamental, o seu papel público em meio a um mundo privado, mercantil, e em franca compressão, e busca mostrar a necessidade tanto de ações efetivas que controlem o seu poder como uma reflexão mais atenta por parte das teorias políticas acerca da mídia.

1.4 Contextualização teórica da “banalização do mal” e “sociedade do espetáculo” em Darfur.

Hannah Arendt escreveu o livro *Eichmann em Jerusalém*, no qual narra o julgamento de um burocrata do regime nazista alemão, Adolf Eichmann, depois de ter sido sequestrado num subúrbio de Buenos Aires por um comando israelense. O nazista foi conduzido então à Jerusalém para o mais famoso julgamento depois do tribunal de Nuremberg. Durante o julgamento, a figura discreta de Eichmann discrepava dos crimes de que estava sendo acusado, e pelos quais assumia relativa responsabilidade. Arendt, então, mostrou toda a sua capacidade de reflexão filosófica quando relatava pela primeira vez o termo “banalidade do mal”.

A teoria política desenvolvida por Hannah Arendt provocou de grandes polêmicas,

sempre em torno dos seus estudos sobre a condição humana e regimes de opressão como, por exemplo, o totalitarismo. Ao analisar o regime nazista totalitário, não se limitou a examinar somente o lado dos que foram sujeitos da opressão, mas também os que foram objeto causador da mesma.

Arendt não minimiza ao banaliza o mal, mas busca reenviar o seu algoz à comunidade humana, pois a incomensurável monstruosidade do mal radical repousa sobre a aparente normalidade dos criminosos. Este é um dos mais trágicos paradoxos dos nossos dias: É mais fácil ser vítima de um diabo com formas humanas do que de uma entidade metafísica que exala malignidade. Em sua obra ***O Sistema Totalitário***, a autora qualifica de radical o mal que procede da hipótese de que tudo é possível, compreendendo-se também aqui a ideia de que os homens são supérfluos. Todavia, aos poucos, a autora abandona a ideia de mal radical em favor de banalidade do mal.

O mal deixa de ser radical porque não possui profundidade ou dimensão, deve-se com isso, recusar o conceito de mal radical e evidenciar a banalidade ou a normalidade de seus autores, mantendo-se o paradoxo atroz e a ameaça aterradora de se viver num mundo onde homens ordinários podem se transformar em assassinos monstruosos. A mudança da noção de mal radical para a de banalidade do mal permite que se reflita sobre a personalidade desse novo tipo de criminoso : o inimigo do gênero humano em carne e osso.

A banalização do mal, que gera atos de violência e crueldade sem uma reflexão do indivíduo, é baseada na sobrevalorização da mecanização tanto de atividades mentais quanto de sentido material da realidade. Desta forma, os hábitos são utilizados como normas morais, servindo como “um ontem eterno e sem futuro. Seu amanhã é idêntico a hoje” (ARENDR, 2004, p.41) criando assim uma falsa ideia de realidade estável e, desta forma, automatizando o indivíduo inserido nesta.

O totalitarismo é um fenômeno político que também se apoia na banalidade do mal e a burocracia executiva que desenvolve uma forma de governo que desafia todas as leis positivas consideradas originárias do pensamento moderno e, necessariamente, vinculadas aos Estados modernos e contemporâneos, enquanto espaço de democracia. Mais, também, pode ser considerado o totalitarismo não apenas se baseando no aspecto burocrático da estrutura política.

Ainda, costuma-se caracterizar o regime totalitário mediante as práticas mais visíveis

da propaganda política, ao nível de suas formas e de seus métodos, temos a compreensão de um poder que repousa sobre um partido hierarquizado e servido por uma polícia secreta onipresente – além do uso do terror, dos expurgos, das perseguições, da perda da identidade coletiva, entre outras características. Consequentemente, como um poder carismático funda-se numa edificação das massas sobre a legitimação do todo e do uno, proporcionada por uma ideologia monopólica erigida no convencimento de não ser discriminada.

Também, o uso da violência terrorista legitima-se não apenas em uma singularidade dos sistemas totalitários, mas porque é capaz de disseminar o ódio pelo hipotético culpado como um todo na sociedade. Contudo, o terror se apresenta como uma variável independente do totalitarismo, não seu traço definitivo. O seu traço definidor foi definir, ou remodelar a sociedade, não com um fim exclusivo de subordiná-la a uma ditadura, mas com o propósito de domesticá-la de tal maneira que não exista nela qualquer motivação independente, nem possibilidade de querer algo fora dela mesma, diferente, novo.

O totalitarismo europeu caracteriza-se como outro tipo de dominação na medida em que esta tentativa se assimila à realidade de uma difusão global do poder único e burocratizado, como resultado de um individualismo exacerbado, a partir da difusão do terror que conduz a atomização da sociedade, neutralizando o indivíduo enquanto detentor de vontade.

A origem do totalitarismo, contudo, pode ser buscada na plenitude do romantismo alemão no século XIX, na medida em que o ideal romântico acaba por transformar o arcaico em algo novo, e ainda pelos princípios do cientificismo racial que se inaugura por esta época.

Normalmente, a sistemática do totalitarismo reside, mais especificamente, em sua capacidade de reunir e pôr em ação os meios correspondentes a essa vontade e conseguir a dinâmica efetiva desse quadro num projeto, cujo recurso é a violência e a convicção ideológica, usando os veículos de mídia.

O meio, mas utilizado para atingir a população é pela atuação das propagandas políticas, enquanto uma das formas de transmutação do desejo dos indivíduos. “A propaganda dos movimentos totalitários é invariavelmente tão franca quanto mentirosa (...) os nazistas estavam convencidos de que o mal, em nosso tempo, tem uma atração mórbida” (ARENDR, 1997, p. 357). O que importa é o seu caráter persuasivo, a persuasão envolve uma ação, uma atividade persuasiva intensa entre persuasor e persuadido no sentido de que um

tem de deixar de fazer algo para que o outro faça, surgindo significativas mudanças na ordem social e política.

Dessa maneira, as questões essenciais se convertem a uma estrutura sócio-afetiva dentro do domínio político. Os sentimentos políticos e as paixões inerentes a estes regimes são diferentes destes sistemas. Uma visão retrospectiva e simples da história do fascismo conduz a situarmos a violência passional e assassina na origem mesma do processo histórico desses sistemas, para que a reconstrução imaginária de uma violência passional seja resgatada na origem do movimento, que tende a atenuar-se dentro de uma modificação no nível da burocracia estatal.

O pensamento dialético (arte de demonstrar no diálogo uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão) é o “exercício permanente de nos colocarmos no lugar do outro, de salientarmos o valor do ponto de vista alheio na conformação de nossa singularidade. De fato, apenas sob alguma perspectiva de alteridade é possível aparecer para nós mesmos, ou seja, é possível ser um outro para si próprio” (ARENDR, 2004, p.42). A ausência do pensamento dialético gera o “homem vazio”, que não tem o sentimento de culpabilidade, “o praticante do mal banal não conhece culpa. Ele age como uma engrenagem mecânica do mal. O mal banal é típico das sociedades onde reinam o anonimato e a massificação” (ARENDR, 2002, p. 94-95).

A tragédia política no século XX não reside no fato de que surgiram terríveis regimes totalitários que apagaram a liberdade como característica essencial do político, e sim no fato de que seu surgimento levou também aos sistemas políticos a apodrecerem, pois foram contaminados pelo totalitarismo que se alastrava na época. Mas também nos supostos sistemas livres reside o perigo de que a coação e a violência sufoquem o livre agir dos homens, destruindo assim o motivo da existência da política que para a autora “o sentido da política é a liberdade” (ARENDR, 2004, p.9).

A Sociedade do Espetáculo (clássico de Guy Ernest Debord) traça com clareza novas formas de dominação e manipulação de massas. Faz uma crítica as duas faces da mesma problemática, tanto ao espetáculo de mercado do ocidente capitalista (o espetacular difuso) quanto ao espetáculo de Estado do bloco socialista (o espetacular concentrado).“O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como sentido privilegiado da pessoa

humana" (DEBORD, 1997, p.18), mas "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens" (DEBORD, 1997, p.14) que podem ser manipuladas de acordo com os poderes vigentes de cada momento histórico, transformando, assim, a realidade dos indivíduos, pois "o espetáculo é o sonho mau da sociedade moderna aprisionada, que só expressa afinal o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guarda desse sono." (DEBORD, 1997, p.20). A sociedade de modo geral prefere ficar apenas com as informações dos filmes e documentários a ter que fazer um busca profunda sobre o assunto que no caso foi o genocídio de Darfur.

O fato de a sociedade moderna ter-se desligado do pensamento dialético, que é a contraposição e contradição de ideias, que leva a outras ideias não permitindo a acomodação alienante desta e de ter-se edificado um império dependente do espetáculo que esta ligado a mais velha especialização social, a especialização do poder, que se encontra na raiz do espetáculo. Assim, o espetáculo é uma atividade especializada que responde por todas as outras.

É a representação diplomática da sociedade hierárquica diante de si mesma, na qual toda outra falta é banida. No caso, o mais moderno é também o mais arcaico. O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. É o autorretrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o meio em que vivemos. Mas o espetáculo não é o produto necessário do desenvolvimento técnico, visto como desenvolvimento natural (DEBORD, 1997, p.20).

Ao contrário, na sociedade do espetáculo é a forma que escolhe seu próprio conteúdo técnico. Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos "meios de comunicação de massa", que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade com o simples instrumento, tal elemento nada tem de neutro: ele convém ao automovimento total da sociedade. Se as necessidades sociais da época na qual se desenvolvem essas técnicas só podem encontrar satisfação com sua mediação, se a administração dessas sociedades e qualquer contato entre os homens só se pode exercer por intermédio dessa força de comunicação instantânea, é porque essa comunicação é essencialmente *unilateral*; sua concentração equivale a acumular nas mãos da administração do sistema os meios que lhe permitem prosseguir nessa precisa administração. "A cisão

generalizada do espetáculo é inseparável do *Estado* moderno, isto é, da forma geral da cisão na sociedade, produto da divisão do trabalho social e órgão da dominação de classe” (DEBORD, 1997, p.20-21).

Observa desta forma o quanto a sociedade é levada pelos espetáculos, pois “a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente.” (DEBORD, 1997, p.15), é graças a uma grande desatenção que acaba conduzindo os indivíduos a uma alienação, que esta ligada ao modo de trabalho e a sociedade altamente consumista e materialista. Que segundo Debord, o espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente. Ele nada mais é que a economia desenvolvendo-se por si mesma. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtos.

A primeira fase de dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, levada a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo “*ter*” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela *não é*. Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico (DEBORD, 1997, p.18).

Já que não existe uma preocupação em saber que os produtos são confeccionados por trabalhadores explorados, que o lucro vem a ser a usurpação do trabalhador para que mais mercadorias sejam produzidas e vendidas acima do preço investido no trabalhador.

Debord fundamenta-se em muitos pensamentos de Marx cuja “alienação do trabalho” é um dos pensamentos base, já que suas consequências no cotidiano das sociedades são gigantescas. Segundo o autor:

O espetáculo na sociedade corresponde a um fabricação concreta da alienação. A expansão econômica é sobretudo a expansão dessa produção industrial específica. O que cresce com a economia que a move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original. O homem separado de seu produto produz, cada vez mais e com mais força, todos os detalhes de seu mundo. Assim, vê-se cada vez mais separado de seu mundo. Quando mais sua vida se torna seu produto, tanto mais ele se separa da vida (DEBORD, 1997, p.24-25).

O espetáculo se transforma em mercadoria, onde o mundo sensível (ou real) é substituído por uma seleção de imagens pré-selecionadas que, ao mesmo tempo, se faz reconhecer como sensível (real por excelência). O mundo dentro e fora do que o espetáculo faz ver, é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. É mostrado o mundo da mercadoria como ele é, pois seu movimento é de constante afastamento dos seres humanos entre si e em relação a tudo o que produzem. Como o próprio autor afirma, o espetáculo é uma permanente Guerra do Ópio³ para fazer com que aceite identificar bens e mercadorias e consiga que a satisfação com a sobrevivência aumente de acordo com as leis do próprio espetáculo.

O consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral. “O espetáculo tornou-se a outra face do dinheiro o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias. O dinheiro domina a sociedade como representação equivalente de valor, e o espetáculo é seu complemento moderno desenvolvido” (DEBORD, 1997, p.15). Em resumo, o espetáculo é a outra face do dinheiro: o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias. O dinheiro domina a sociedade como representação da equivalência geral, cujo uso é de permanência vital. O espetáculo é apenas seu complemento moderno desenvolvido.

Baseados na banalidade do mal e na sociedade do espetáculo os indivíduos encontram-se enrolados em teias de mentiras e culturas de alienação, desta maneira surge um campo fértil para políticas totalitárias, onde o poder do Estado é total (sem nenhum mecanismo de regulamentação para o mesmo). O Estado totalitário é soberano internacionalmente, podendo assim governar com o uso dos instrumentos políticos que desejar, um dos mais comuns é o uso do terror e da violência desmedida que podem abrir caminho para políticas genocidas.

O genocídio foi um termo primeiramente utilizado por Raphael Lemkin, em 1944, para nomear a destruição em massa de um determinado grupo étnico. A partir da definição criada pelo autor, que estava inserido no contexto da segunda grande guerra e encontrava a sociedade internacional estarecida perante a brutalidade utilizada, foi estabelecido um ponto de partida para o Direito Internacional.

³As Guerras do Ópio, ou, Guerra Anglo-Chinesa foram conflitos armados ocorridos entre a [Grã-Bretanha](#) e a [China](#) nos anos de [1839-1842](#) e [1856-1860](#).

O genocídio em Darfur no Sudão iniciou-se, oficialmente, em fevereiro de 2003, com o ataque de grupos darfurianos rebeldes a postos do governo sudanês na região, mas sua origem remonta a décadas de abandono e descaso do governo de Cartum, predominantemente árabe, para com as populações que viviam neste território. Conforme Geldenhuys:

“[...] meramente a última instância do comportamento desviante dos governantes do Sudão. O governo do presidente Omar Hassan Ahmad al-Bashir desrespeitou, durante os últimos dezesseis anos, inúmeros parâmetros fundamentais, universais, de conduta estatal adequada. Nos primeiros anos da presente década, Cartum parecia preparada para dar fim a sua delinquência, mas então Darfur entrou em erupção, provocando renovadas dúvidas sobre o comprometimento do governo do Sudão com os códigos de comportamento de Estado amplamente aceitos” (HAGAN, 2009, p.38).

A conduta do Sudão pode ser explicada no contexto da própria interpretação de Cartum sobre o conflito étnico em andamento na região de Darfur: a de que este é um "assunto doméstico" seu. Adicionalmente, tenta-se demonstrar que a crise em Darfur reflete a antiga crise de governo do país no âmbito doméstico. Desvenda-se este cenário *vis-à-vis* a interpretação da comunidade internacional sobre a guerra e o seu coro de desaprovação.

Todo este conflito em Darfur serve como pano de fundo para uma análise crítica sobre a sociedade do espetáculo, termo criado por Guy Debord, que se refere às grandes mídias que são os principais veículos de um determinado sistema de comunicação social. Como exemplos: emissoras de rádio e TV, jornais e revistas.

A mídia tem o papel de manter a população informada. A população, por outro lado, não deve se colocar como mera receptora passiva daquilo que é veiculado pelos meios de comunicação. Para tanto, é necessário que cada pessoa exercite sua atitude crítica, filtrando as informações recebidas, questionando-as, fazendo um contraponto e buscando, na opinião pública, uma opinião própria (particular) com a qual se identifique e na qual acredite. Porém, o que normalmente ocorre é o oposto. A mídia costuma massificar dados e descrevê-los incompletos muitas vezes para ser de mais fácil compreensão. O público, de outro lado, acaba por recebê-los como descrição fiel da realidade.

A alienação é normalmente vista nos meios de comunicação de massa por vários autores. Esses meios estão sempre mandando novas mensagens (subliminares ou não) e fazendo com que o público acredite na maioria das vezes somente nas informações

transmitidas por eles. Nesta descrição destorcida da realidade é onde entra o espetáculo, que é tudo o que atrai à vista ou prende a atenção, uma representação pública que impressiona podendo ser uma apresentação teatral, musical, cinematográfica, uma exibição de trabalhos artísticos, etc. É destinada a entreter e pode ser uma distração ou um passatempo. Em resumo é o discurso que a ordem atual faz a respeito de si mesma em um monólogo.

Capítulo 2: O Genocídio de Darfur e seus possíveis atores internacionais

A sociedade internacional moderna, que teve início com o Tratado de Westfália, de 1648, pondo fim a Guerra dos Trinta Anos, teve como principal consequência a secularização da esfera política com o afastamento do Papa e o reconhecimento do papel do Estado. Desta forma a partir de Westfália, as relações internacionais eram baseadas no sistema de Estados, que eram os únicos atores na sociedade internacional. Este modelo permaneceu praticamente até o início do século XX, quando ocorreram grandes modificações nas relações internacionais. Como, por exemplo, o aprofundamento das relações de interdependência, o fenômeno da globalização e o surgimento de novos atores internacionais, tais como: as organizações internacionais, organizações não governamentais e empresas multinacionais que dividiram o cenário internacional com o Estado sudanês. Porém, mesmo assim, os Estados ainda possuem muita força no cenário internacional.

2.1 Breve relato sobre o Sudão

Após a independência em 1956 e com as grandes divergências e tensões geradas entre as duas administrações coloniais - Reino Unido e Egito -, o Sudão viu-se imediatamente mergulhado em um conflito que resultou, na criação de um partido chamado UnnA (Partido do Povo) que aliado ao governo sudanês lutou pela sua independência.

Este fato não teve aprovação direta do Egito, que tentou de diversas formas manter o Sudão sobre seu domínio. Porém, o mesmo não impediu os britânicos de concederem em 1952, um regime de autonomia relativa aos sudaneses. Dias após, da concessão do regime de autonomia, um golpe militar de Estado derrubou o regime monárquico egípcio, embora mantendo os projetos de unidade com o Sudão. No entanto, a crise política, no Egito, possibilitou a independência do novo Estado sudanês em primeiro de janeiro de 1956.

Os povos sudaneses ficaram com a tarefa mais difícil: a de construir um país e uma nação, pois percebiam divergências no modo de ser sudanês entre os povos do Norte e do Sul, ou seja observavam de modo diverso o que significava ser sudanês. Desde então, a instabilidade política e o conflito interno têm sido uma constante no país. E mais tarde, o país

se viu confrontado com o esgotamento das terras e com o empobrecimento generalizado da população, mesmo este tendo uma grande dimensão geográfica.

O Sudão, maior país da África, é cortado pelo Nilo e limitado a Norte pelo Egito, a Leste pelo Mar Vermelho por onde faz fronteira com a Arábia Saudita, Eritreia e Etiópia. Ao Sul pelo Quênia, Uganda e República Democrática do Congo e a Oeste pela República Centro-Africana, Chade e Líbia. Conforme o mapa a seguir:

Mapa do Sudão



O Sudão é um país rico em petróleo, gás natural, ouro, prata, cromo, asbesto, manganês, gipsita, mica, zinco, ferro, chumbo, urânio, cobre, cobalto, granito, níquel e alumínio. Estes fatores sinalizam a potência regional que poderia despontar, com poder e influência, permitindo um determinado controle sobre a região geográfica em que ele está inserido.

Mesmo com todas estas potencialidades, o Estado sudanês se encontra a mais de 46 anos marcado por secas e guerras civis sangrentas. O conflito na região de Darfur teve seu início oficial em 2003 e caracteriza-se pela disputa de poder entre, basicamente, três grupos rivais que são: os janjawid (nômades africanos de língua árabe e religião muçulmana); grupos étnicos não-árabes da área de Darfur; e o governo que em sua maioria é de população muçulmana. No dia 9 de setembro de 2004, o secretário de Estado norte-americano Colin Powell classificou o conflito em Darfur como genocídio, declarando-o como a pior crise humanitária do século XXI.

Nos seus 46 anos de independência, o Sudão viveu alguns períodos democráticos

anárquicos e longas ditaduras militares repressivas, oriundas de golpes de Estado. Duas ditaduras se destacaram: Do general Nimeiri, que governou o país de 1969 a 1985, e a do general Omar El-Bashir, que governa desde 1989 até os dias atuais. O conflito entre o Governo muçulmano e os guerrilheiros (não-muçulmanos, baseados no Sul do território) revela as realidades culturais opostas da Nação. A Sharia, que é a doutrina dos direitos e deveres religiosos do islã, abrange as obrigações culturais, as normas éticas, bem como os preceitos fundamentais para todas as áreas da vida dos indivíduos. Sua introdução foi um dos fatores potencializadores para a saída e revolta de muitos sudaneses do país.

Com esta nova legislação, atos comuns praticados pela maioria da população (como, por exemplo, o uso de bebidas alcoólicas) passaram a ser ilegais. Alguns crimes são punidos severamente (a punição podendo variar desde apedrejamento, passando por chicotadas e chegando a mutilações). A Corte Penal Internacional, no dia 14 de julho de 2008, processou o presidente do Sudão, Omar al-Bashir, por dez crimes de guerra, três processos por genocídio, cinco crimes contra a humanidade e dois homicídios. Em março de 2009, o Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado de prisão contra o presidente Omar Hassan al-Bashir, por crimes contra a humanidade e crimes de guerra em Darfur.

A ditadura de Al-Bashi foi marcada por um longo genocídio, palavra definida como sendo o assassinato deliberado de pessoas motivado por diferenças étnicas, nacionais, raciais, religiosas e (por vezes) políticas. Pode referir-se igualmente a ações deliberadas cujo objetivo é a eliminação física de um grupo humano segundo as categorias já mencionadas. Há algum desacordo, entre os diversos autores, quanto ao fato de se designar ou não como genocídio os assassinatos em massa motivados por questões políticas. Mesmo com seu mandato internacional de prisão em vigor, e sendo considerado responsável pelo genocídio, Al-Bashir foi candidato à reeleição nas eleições de 2010 no país (a primeira eleição democrática com múltiplos partidos políticos concorrendo, em décadas), e em 26 de abril, ele foi oficialmente declarado vencedor.

O Estado sudanês sempre foi centralizado e teve como capital Cartum e por conta disto recebeu muitas críticas por suas diversas regiões periféricas, principalmente pelo Sul. O conflito civil iniciado na década de 1960 teve duas etapas à primeira de 1962 a 1972 e a segunda de 1973 a 2005⁴. O conflito armado foi alvo da publicidade e de várias

4A oposição do Sul contra a dominação do Norte, já existia mesmo antes do país obter sua independência. Porém, após a

interpretações midiáticas, autoridades políticas internacionais e até mesmo de acadêmicos como se fosse um conflito religioso entre o Norte muçulmano e o Sul cristão.

Era lógico que a dinâmica regional, assim como grandes potências, influenciou de modo significativo nos conflitos da África, de maneira geral. Essas interferências ocorreram por meio de uma ferramenta de política externa conhecida como operação encoberta. Estas são utilizadas por organizações ou governos para tentar influenciar o sistema de comportamento de outra organização ou governo por meio da manipulação de aspectos econômicos, sociais ou até mesmo políticos, direcionando de modo favorável os interesses e valores da organização ou governo que patrocina a operação.

Existem quatro tipos de operações encobertas: Primeiro tipo envolve o apoio de grupos anteriormente existentes para a condução da guerra subterrânea (termo utilizado para uma guerra não declarada), operações paramilitares, guerrilhas, companhias de contrainsurgência ou terrorismo. O segundo grupo envolve os chamados *west affaris* que fornecem desde o apoio a golpes de Estado, tentativas de assassinato de líderes das forças adversárias, até incursões militares irregulares em uma fronteira, sabotagens e outros. O terceiro se remete a sabotagens econômicas e políticas contra forças adversárias ou o fornecimento de assistência secreta a governos aliados. O quarto (e último) tipo de operações encoberta é um conjunto de medidas usadas para tentar influenciar as percepções do governo ou mesmo da sociedade como um todo através de agentes de influência, além de vários tipos mais ou menos encobertos de propaganda. Este é o tipo mais utilizado (CEPIK, 2003, P.62-63). Os países localizados no chifre da África, vizinhos a região do conflito utilizam estas ferramentas, principalmente ao financiar grupos dissidentes da região de Darfur.

Desta maneira, a seguir identificam-se as relações dos países vizinhos com o Sudão durante o conflito para obter uma compreensão crítica sobre o mesmo. Admite-se que ficarão lacunas de países importantes como Egito, Uganda, Arábia Saudita, República Central-Africana e Somália que tem participação no conflito. Contudo os dois exemplos escolhidos representam de maneira clara o papel regional no conflito.

2.2 As Relações Continentais

No caso de Etiópia é muito relevante sua participação no conflito e pode-se dizer que tudo começou quando Mengistu Haile Mariam chegou ao poder em 1975, recebendo o apoio da URSS (União Republicana Socialista Soviética), colocando desta forma o Sudão e a Etiópia em campos opostos na lógica da Guerra Fria. Este fato aproximou os objetivos do governo etíope aos dos rebeldes sudaneses. O contrário também era verdadeiro, pois o Estado/capital Cartum apoiava os movimentos rebeldes na Etiópia, tornando assim uma política recíproca.

O Movimento de Libertação, citado anteriormente, é o *Sudão People's Liberation Army / Movement (SPLA/M)*⁵ que teve como um forte suporte o regime comunista do país vizinho durante mais de uma década, recebendo apoio tanto em termos de suprimento de armas como financeiro. Em contrapartida, o SPLA/M participou efetivamente na guerra civil etíope:

Ao passo que a presença do SPLA/M no sudeste da Etiópia crescia, o grupo rebelde era cada vez ligado na Guerra interna da Etiópia, em parte como pagamento pelo apoio militar logístico substancial que recebia da Etiópia e em parte como uma extensão da guerra contra as milícias apoiadas por Cartum.”⁶ (JOHNSON, 2008.P.88 tradução da autora).

A queda do regime comunista abalou o SPLA/M basicamente em dois aspectos importantes: o primeiro foi que o grupo perdia seu apoio histórico permanente, assim as baixas militares frente ao governo aumentavam e geraram um impacto negativo na liderança de John Garang, que era conhecido por ser muito ligado a Mengistu, desta forma, facilitando a divisão do partido.

A divisão ocorreu entre John Garang e Riek Machar, duas personalidades que detinham bastante força na SPLA/M, esta disputa interna resultou no surgimento de duas facções a SPLA/Mainstream (grupo liderado por Garang) e o SPLA/United (liderado por Machar).O governo sudanês observou então a divisão interna como uma oportunidade para enfraquecer a oposição sulista através do financiamento de brigas internas (JOHNSON, 2008.P.88).

O fortalecimento do discurso islâmico crescente em Cartum e o patrocínio a grupos

⁵Que esta localizado predominantemente no Sul do Sudão e é um movimento rebelde que virou partido político e lutou na Segunda Guerra Civil decretada ao país .

⁶ “The SPLA presence in southwestern Ethiopia grew, it was brought increasingly into Ethiopia's internal war, partly as the price for Ethiopia's substantial military and logistical support, and partly as an extension of the war against Khartoum's militias ”.

rebeldes islâmicos nos países vizinhos colocaram esses países em extremidades opostas e deixaram cada vez mais a Etiópia apreensiva. Os discursos islâmicos do Sudão provocavam a Etiópia que por possuir uma parte considerável de sua população de muçulmanos, sempre tentaria manter a religião despolarizada.

As relações tinham atingido uma relativa melhora em 1990, pois, com o início da guerra entre Etiópia e Eritreia e com a diminuição da propaganda islâmica por parte do Sudão, os etiopês tiveram uma relativa paz com os sudaneses. A Etiópia receosa com a guerra de Eritreia, procurou melhorar suas relações com Cartum, a fim de diminuir as frentes que lutavam. Por outro lado, esta mudança de atitude coincidia com a saída do antigo governo sudanês de Hassan al-Turabi, principal ideológico islâmico do regime e como consequência a diminuição da característica do tom islâmico.

Este clima de paz não durou por muito tempo, pois a relação que já se encontrava desgastada (por conta de todas as guerras travadas) ficou ainda mais com a tentativa de assassinato do presidente egípcio Hosni Mubarak em um encontro da Organização das Nações Unidas em junho de 1995. Os terroristas envolvidos fugiram para o Sudão o que confirmou, supostamente, a participação de Cartum no atentado, gerando clima de desconfiança.

No caso de Eritreia, Cartum, sempre manteve uma opinião contrária a da Etiópia, assim apoiava a independência da região. Quando de fato ocorreu a independência em 1991, tudo indicava que os países teriam relações amigáveis. No entanto, o apoio sudanês a grupos radicais islâmicos logo desgastou a relação de amizade que existia entre os países. Em 1994, Asmara rompeu ligações diplomáticas com Cartum. Além disso, sediou a conferência de todos os grupos de oposição ao regime de Al-Bashir em julho de 1995, a partir do qual se constituiu a Nacional Defence Alliance (NDA), que continha os mais diversos grupos de oposição a Bashir (HAGAN, 2009. p 33).

Em 2000, os países reconstituíram as relações diplomáticas, principalmente pelo fato da derrota Eritreia na guerra contra a Etiópia e, conseqüentemente, o enfraquecimento do regime. Então em 2003, a Eritreia foi acusada de apoiar os grupos rebeldes de Darfur. (HAGAN, 2009.P.98)

O segundo aspecto importante na participação regional do conflito é o caso da Líbia e do Chade que foram os países mais importantes no contexto de Darfur. Porém, não foi graças

a sua atuação que gerou o conflito no Sudão. Entretanto a participação deles, apesar de ser uma aliança integrada, durou 30 anos, caracterizando, uma aliança confusa.

No momento de sua independência, o governo do Chade era apoiado pela França, sua antiga metrópole e tinha a maioria da população cristã do Sul do país. Em 1963, houve uma rebelião do Norte muçulmano que primeiramente banuiu os partidos políticos então existentes. A insurgência teve sua principal base no Sudão e foi em Nyala, em Darfur, que a frente de libertação (FROLINAT) foi montada.

A frente de libertação tinha ideias revolucionárias, mas utilizou-se da retórica islâmica para mobilizar politicamente a população do Norte, porém o movimento se dividiu em várias facções, uma delas apoiada pelos Estados Unidos da América, França e Sudão. Sua intenção era contrapor-se à influência da Líbia. Darfur assim se tornava um campo de batalha do Ocidente contra a Líbia e, a medida que o conflito demorava, a Líbia se enfraquecia política e economicamente.

E esta utilizava Darfur na guerra contra o Chade. Desta forma a participação destes no genocídio do Sudão aumentava consideravelmente através do financiamento da campanha de Sadiq Al-Mahdi nas eleições de 1986 em troca de promessas falsas sobre o Estado. A guerra entre a Líbia e o Chade teve início entre os anos de 1986-1987 e intensificou a expansão desse conflito na região. A Líbia participava não se detendo apenas na movimentação de tropas no território sudanês, mas também na distribuição de armas e financiamento de entidades paramilitares baseadas em uma ideologia pan-arabista (HAGAN, 2008.P.50) . Essas milícias árabes foram os embriões dos Janjaweds⁷.

Hisseme Habré, antigo aliado do governo do Sudão no Chade, passou a ser um governador hostil, contratou as milícias árabes armadas pela Líbia e iniciou a mobilização de grupos armados entre a população de Darfur (HAGAN, 2008.55). Ainda, segundo o autor, a manipulação étnica em Darfur intensificou-se ainda mais neste período ao colocar cada vez mais em evidencia.

Essa hostilidade só veio a aumentar cada vez mais, em 1989, Habré tentou acabar com um foco de oposição que havia tentado dar um golpe de Estado contra ele. O único líder a salvar-se foi Idriss Déby, que conseguiu fugir para o Sudão. E lá obteve asilo e apoio no recém instalado regime islâmico de Omar Al-Bashir. Com este suporte, Déby conseguiu dar

⁷ São guerrilheiros provenientes de tribos árabes que se baseiam no fundamentalismo islâmico, e com o uso da violência promoveram, vários massacres. Foram um dos vetores principais para o acontecimento do Genocídio de Darfur.

um golpe e assumir o governo do Chade no dia primeiro de dezembro de 1990.

Com o fim da guerra do Chade e da Líbia e a chegada do poder de Idriss Déby, as relações entre os três países se tornaram menos beligerantes, já que Déby foi auxiliado em sua luta interna por ambos países. No entanto, a partir da insurgência em Darfur em 2003, o Chade tem sido constantemente acusado pelo governo sudanês de patrocinar o SPLA⁸ e existem indícios que apontam para a mesma direção (HAGAN, 2009.P.60).

Após dez anos de relações amistosas de entre Déby e Al-Bashir, os governos vêm se atacando através de milícias e de operações encobertas. Isso ocorreu porque o conflito de Darfur se espalhou na região como um todo, levando ao Chade cerca de centenas de milhares de refugiados. Tais acontecimentos exemplificam um dos problemas de utilização das etnias como forma de mobilização política. Por exemplo, a existência de grupos étnicos similares fronteiriços entre o Sudão e o Chade são combatidos pelos primeiro e apoiados pelo segundo.

2.3 As Relações com as Principais Potências

O movimento de aproximação da China ao continente africano nas últimas décadas tem sido o alvo de muitos estudiosos na área de Relações Internacionais. Esse envolvimento surgiu após o término da Guerra Fria. Os acontecimentos da Praça de Tianamen⁹, o governo chinês foi isolado diplomaticamente pelos governos ocidentais, o que teve algumas consequências relevantes para a África.

Primeiramente a organização da política externa chinesa mudou, pois a África passou a ter lugar mais destacado para Pequim como alternativa tornou-se necessário manejar este isolamento diplomático. Em segundo lugar, o princípio de não intervenção da política externa chinesa foi ainda mais fortalecida após 1989, o que refletiria no relacionamento da China

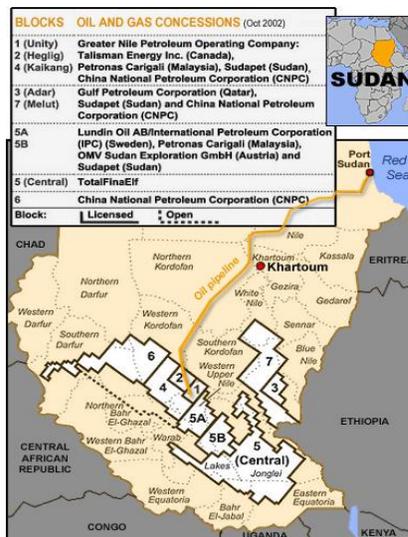
⁸Sudanese Liberation Movement/Army (SLM/A) sua tradução seria Movimento de Libertação do Sudão/Exército a breviando pode se das seguintes formas SLM ou SLA. É um grupo sudanês rebelde.

⁹O Protesto na Praça da Paz Celestial em 1989, mais conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial, ou ainda Massacre de 4 de Junho consistiu em uma série de manifestações lideradas por estudantes na República Popular da China. O protesto recebeu o nome do lugar em que o Exército Popular de Libertação suprimiu a mobilização: a praça de Tiananmen, em Pequim, capital do país.

representar uma posição muito vantajosa economicamente para a África as consequências políticas da atuação chinesa não foram necessariamente positivas para as populações dos países africanos de modo geral. A baixa institucionalização dos Estados Africanos e as altas taxas de corrupção dificultaram o gerenciamento político, o que resultou no financiamento de regimes nocivos à segurança e ao bem-estar da população.

No caso do Sudão, como pode também ser observado no mapa 2, a China detinha um alto investimento neste, mas por um motivo obvio, pois este exportava cerca de 70% de seu petróleo para a China, totalizando cerca de 6% da energética chinesa. O país era o segundo maior exportador africano para a China, atrás apenas de Angola. A China em contrapartida era o maior investidor na indústria energética dos países africanos. As concessões petrolíferas e de gás, no Sudão, podem ser vistas no mapa 3 a seguir:

Mapa de gás no Sudão



(Disponível em: <http://www.usaid.gov> Visitado em: 10/11/2010).

A empresa CNPC construiu um oleoduto a partir de seus blocos de concessão 1, 2 e 4 no sul do Sudão, até um novo terminal em Porto Sudão, onde o petróleo era embarcado para a China em navios tanques. A China recebia entre 65% e 80% dos 500.000 barris de petróleo por dia produzidos pelo país. Em 2006, a China ultrapassou o Japão para se converter no segundo importador de petróleo do mundo, depois dos EUA, importando 6,5 milhões de barris do ouro negro por dia.

Com o crescimento de sua demanda de petróleo, que se calcula em 30% ao ano, a China ultrapassaria os EUA na demanda de importação de recursos petrolíferos em poucos

anos. Essa realidade é o motor que impulsiona a política exterior de Pequim na África. Um olhar sobre as concessões petrolíferas no Sul do Sudão mostra que a CNPC chinesa tem direitos sobre o bloco 6, que se estende em Darfur, da fronteira com o Chade e a República Centro-Africana. Em abril de 2005, o Governo do Sudão anunciou que havia encontrado petróleo no Sul de Darfur, onde se estimava que pudesse bombear, quando estivesse desenvolvido, 500.000 barris por dia. A imprensa mundial esqueceu-se de mencionar esse fato vital ao informar sobre o conflito de Darfur.

Os pontos determinantes do apoio chinês ao governo do Sudão no Conselho de Segurança da ONU são estes recursos naturais. Pequim não apenas ameaçou vetar determinadas sanções contra o país como fez pressões em diversos temas polêmicos, impedindo consideravelmente a ação da ONU no país. Não obstante, esta postura não pode ser vista como uma liderança inconstitucional. O apoio chinês a Cartum é cada vez mais questionado internacionalmente. Essas pressões são diversas pelo fato do comércio de petróleo ser volumoso e este ser o financiador da guerra:

O petróleo ajudou a financiar a guerra de Cartum no Sul e em Darfur. O Sudão apoiou uma política não transparente para com os gastos militares em 2002, mas gastos anteriores revelam a real influência do petróleo nos gastos com armas. As rendas do petróleo em 2002 representaram por 44,76% da renda governamental sudanesa. Em 2002 os gastos militares ultrapassaram 38,8% das receitas de petróleo e em 2001 isto devia ter alcançado 60% (...) Como se espera que a receita do petróleo cresça rapidamente (...) para isso é essencial monitorar a conexão entre receitas petrolíferas, gastos militares e emprego de força em Darfur (CHEN,2007.P.42, tradução da autora)¹⁰.

As pressões internacionais sobre a China para uma ação relativa ao Sudão e os acontecimentos no Tibete no início de 2008 fizeram com que esta fosse obrigada a ceder um pouco em relação a esta posição diplomática, principalmente com a aproximação dos jogos olímpicos de 2008. Foi paralelo a isto que o governo do Sudão aceitou a entrada de tropas da ONU através da missão União África em seu território, pautada na resolução do Conselho de Segurança.

Nessa mesma direção o governo chinês tirou o Sudão da lista de países

10 “Oil helped to finance Khartoum’s wars in southern Sudan and ther Darfur region. Sudan adopted a non-transparency politic towards military expenditures in 2002, but earlier figures reveal the influence of oil revenue on weapons spending. Oil revenue in 2002 accounted for 44.76 percent of Sudanese government income (\$805 million out of \$ 1.79 billion). In 2002, military spending took up 38.8 percent of Sudanese government oil revenue, and in2001 that figure had reached 60 percent [...] As Sudan’s oil revenue has been expected to rapidly increase [...] it is essential to monitor the connection between oil revenue, military expenditure, and deployment of military assets in Darfur.”

recomendados para investimentos por empresas nacionais chinesas, assim como intensificou a busca por diversificação de fornecedores energéticos africanos, como se pode citar Angola e Nigéria. A manutenção desses investimentos permitirá a Pequim uma maior flexibilidade embora não signifique abandono do Sudão.

Logo, a China não causou o conflito de Darfur, que ocorreu por razões alheias às ações chinesas. Contudo quando promoveu ao Sudão enormes receitas do petróleo e ao protegê-lo das ações internacionais das Nações Unidas, a China influenciou o conflito diretamente. O caso dos Estados Unidos aponta para a mesma direção.

Assim, como a China enxergava um potencial na África e detinha interesses na mesma os EUA compartilhavam da mesma ideia. Porém, na década de 1990, a África, de modo geral, foi negligenciada pela política norte-americana, pois havia perdido seu valor após a Guerra Fria. No entanto, nos últimos anos, voltou a fazer parte da agenda de política externa norte americana, principalmente devido às reservas de petróleo, à ameaça terrorista e uma necessidade de contraposição com a China no sistema internacional.

O golpe militar de 1989, que levou o poder o general Omar Al-Bashir foi, no entanto, um divisor de águas, na relação entre os dois países. A intensificação de um discurso islâmico radical e o apoio sudanês ao Iraque na primeira guerra do golfo fez com que, em 1991, os Estados Unidos fechassem sua embaixada em Cartum. Durante o governo do presidente Clinton, esta relação se desgastou ainda mais. Os Estados Unidos classificaram o Sudão como um dos Estados que financiavam o terrorismo.

Em princípio, parecia que tudo caminhava para a união do Sudão, Etiópia e Eritreia, uma vez que o Governo recém instalado nesses países havia sido apoiado por Cartum em suas lutas internas pelo poder. No entanto, a radicalização islâmica no discurso sudanês e o apoio a grupos islâmicos no interior tanto da Etiópia quanto da Eritreia, fez com que as relações políticas destes se deteriorassem rapidamente.

Este cenário de hostilidades entre as nações vizinhas colocava Cartum do lado oposto ao dos EUA. O secretário de Estado Warren Christopher afirmou: “Estamos juntos com a Etiópia e outros países nesta região, contra o terrorismo internacional, particularmente a ameaça que o Sudão colocava a seus vizinhos e ao mundo” (DANGNE, 2002. P35).

Além disso, as relações próximas do Sudão com grupos considerados terroristas para o Governo dos Estados Unidos, como o Hamas e a Al-Qaeda, o transformava cada vez mais

em um alvo na política externa do EUA. Osama Bin Laden, inclusive, morou no Sudão, por um tempo de onde coordenava a Al-Qaeda.

Em 1997, o governo norte americano decretou um embargo econômico ao país, proibindo os estadunidenses ou empresas dos Estados Unidos de desenvolverem qualquer tipo de relação econômica com o país (DANGNE, 2002. P39).

O ápice do descontentamento entre os dois países foi o bombardeamento em 1998 a uma fábrica de medicamentos pelos Estados Unidos, que alegou a posse de armas químicas de parte de Cartum. Esse bombardeio foi motivado pelos atentados terroristas às embaixadas norte-americanas em Nairóbi e em Dar-es-Salaan em agosto de 1998, posteriormente ligado a terroristas localizados no Sudão.

Durante a década de 1990 as relações ficaram cada vez piores. Os Estados Unidos passaram a financiar os rebeldes do Sul, principalmente com o apoio dos Governos vizinhos (DANGNE, 2002. P 46).

Neste ponto é necessário fazer uma ressalva, quanto ao apoio dos EUA aos rebeldes do SPLM/A. Aos interesses dos norte americanos, desafiados por Cartum (anteriormente referido) se somavam as forças no Congresso Americano, o lobby cristão, o lobby afro-americano, mais as forças políticas poderosas no legislativo estadunidense (JOHNSON, 2008. P. 90). Estas vozes, sem dúvida, mantiveram o Sudão nos assuntos de pauta mais comentados na política externa norte-americana, mas não foram as causas da intervenção norte americana no conflito.

No início do governo de George Bush, a política hostil ao Sudão se mantinha. A população norte-americana classificou o conflito de Darfur como genocídio e pressionou fóruns internacionais por ações mais contundentes contra Cartum. Porém, esta política esta muito mais presente nas declarações públicas e diplomáticas do que na ação concreta. Podemos descrever dois fatores fundamentais para ocasionar este fato. Em 2000, um dos principais ideólogos islâmicos do Sudão, Hassan Al-Turabi, foi expulso pelo Governo o que possibilitou uma inflexão política da política externa sudanesa em direção a uma diminuição do poder islâmico na política. Porém a partir do dia 11 de Setembro de 2001 e do anúncio da guerra contra o terror, os temores aumentaram no país com receio de haver uma intervenção norte-americana. Desta forma, Cartum tornou-se um aliado importante contra a guerra ao terror, soube usar suas conexões para obter informações e repassá-las para o

Governo dos EUA (JOHNSON, 2008. P.92).

Pode-se dizer que o processo de paz iniciado em 2002, foi uma grande participação dos Estados Unidos, movido tanto pela repercussão internacional, como também pela crescente importância sudanesa no cenário petrolífero. Desta maneira, os EUA tomaram a dianteira para tentar estabelecer a pacificação entre o Sul e o Norte do Sudão. É necessário observar que essa melhora no relacionamento entre os dois Governos se mantém, no entanto, na informalidade, tanto por parte do Governo sudanês quanto por parte do Governo estadunidense.

Para Al-Bashir as pressões internas que se referiam a um relacionamento muito próximo com os Estados Unidos eram insustentáveis. Por outro lado, o conflito em Darfur não permitiu que as sanções da era Clinton fossem retiradas, nem permitiu uma aproximação oficial entre os dois países. Podemos concluir que tanto a política externa norte-americana como a chinesa, para com o Sudão, eram políticas altamente ambíguas. O interesse dos Estados Unidos influenciou muito no decorrer deste conflito, porém não poderia ser responsabilizado pela existência deste, já que o Sudão foi o responsável por permitir o surgimento e permanência dos conflitos, e estes intensificaram, de acordo com suas vontades, antagonismos e os conflitos já existentes.

2.4 A mídia e seus rebatimentos em Darfur

Em setembro de 2004, Hollywood lançava o filme *Hotel Ruanda*. A película, estrelada por Don Cheadle, alcançou boa repercussão internacional. Lembrava os trágicos acontecimentos de 1994 como uma luta étnica, que levou a um morticínio generalizado no país africano. Sem dúvida, muitos só tomaram conhecimento daqueles acontecimentos através das lentes de Hollywood, mas essa não era a razão prática. Os canhões da indústria cinematográfica americana tinham alvo mais estratégico. Alguns meses antes, em abril de 2004, às vésperas do aniversário de 20 anos do genocídio em Ruanda, a conhecida jornalista, Shamanta Power, publicou em sua coluna de opinião no *New York Times* um artigo com o seguinte título: *Lembre-se de Ruanda, mas aja no Sudão*. Seu interlocutor era o Presidente Bush. Par e passo, em Genebra, o Secretário Geral da ONU, Kofi Anan, declarava que a situação de Ruanda poderia se repetir em Darfur.

Desta forma, iniciava-se uma grande campanha de massa que iria resultar em um milhão de cartões postais enviados ao presidente norte-americano clamando por uma intervenção na região sudanesa. O Museu do Holocausto dos EUA e o Serviço Mundial Judeu Americano lançaram a campanha Save Darfur, que logo reuniu vários ativistas, principalmente estudantes, grupos comunitários judaicos e igrejas evangélicas. A atenção da mídia de língua inglesa sobre Darfur aumentou de pouco mais de 50 artigos jornalísticos em março de 2004 para quase 1300 em agosto, sendo que a tendência de quase todos os artigos era a necessidade de intervenção militar. O interesse popular sobre o assunto foi incrementado quando ocorreu o lançamento do longa metragem.

O engajamento do ator Don Cheadle e outros como George Clooney, Mia Farrow, Angelina Jolie e Brad Pitt, garantiram a cobertura hollywoodiana e uma média de 500 artigos por mês na imprensa de 2005 em diante. Os EUA apontavam sua mais poderosa arma para o Sudão. O drama de décadas do país começava a ser roteirizado para o mundo. Quando o cinema americano aborda, o assunto é sério. Vários *meetings* foram organizados por entidades representativas dos judeus norte-americanos e associações de igrejas evangélicas, com a participação de políticos, atores e ativistas.

Autoridades como o Embaixador dos EUA nas Nações Unidas, John Bolter, os Secretários Colin Powell e Condoleezza Rice, o Primeiro Ministro Britânico Tony Blair e o então Senador Barack Obama alinharam-se ao clamor público. Durante o verão de 2004, iniciou-se um esforço parlamentar, bipartidário, no sentido do reconhecimento da gravidade da situação.

Em junho o Senado declarou que um genocídio estava ocorrendo na região e o Departamento de Estado Norte-Americano enviou uma equipe para investigar os acontecimentos. Após entrevistar refugiados no Chade, a equipe concluiu que havia realmente genocídio no Sudão. Em setembro, em carta escrita ao Comitê de Relações Exteriores do Senado, o Secretário Colin Powell ratificou o diagnóstico e responsabilizou diretamente o Governo de Cartum. Na semana seguinte, a pedido do Governo americano, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu o Comitê Internacional de Inquirição em Darfur, que trabalhou por três meses e classificou os acontecimentos como crimes de guerra, submetendo o assunto ao Tribunal Penal Internacional.

Em 2008, a Corte processou o Presidente Al-Bashir por crimes contra a humanidade e

no ano seguinte foi expedido um mandado de prisão que vigora até o presente. Organizou-se rapidamente desde os EUA uma forte campanha de marketing viral que propunha três premissas básicas para a leitura dos acontecimentos: Primeiro - ocorria um genocídio em Darfur; Segundo - o Governo de Cartum era responsável pelos fatos; Terceiro - era necessária uma intervenção na região para impedi-lo. Dessas premissas surgiram análises que identificavam como opressores os árabes e vítimas as populações africanas, enfatizando-se a motivação étnico-religiosa. Mesmo que tais delimitações não sejam tão facilmente perceptíveis na região, essa interpretação dos fatos generalizou-se pelo mundo, tornando-se o mote explicativo para todo o processo de guerra e violência que se perpetuava no Sudão. Isto é, o Sudão passava a ser entendido através dos fatos ocorridos em Darfur, e da interpretação desses fatos feita pela mídia internacional.

A civilização ocidental horrorizava-se diante de mais uma mostra de atrocidades cometidas e espetacularizadas no continente africano onde as questões étnicas e religiosas traduziam-se em atos brutais de violência. Sem dúvida, os acontecimentos ocorridos em Darfur apontam para a prática da violência generalizada que atingiu, principalmente, a população civil indefesa. Porém, a violência no país infelicitava grandes contingentes há décadas. Desta forma leva-se a questionar o por que de um furor humanitário e uma indignação tardia.

Certamente a campanha humanitária sobre Darfur cumpria alguns objetivos caros à geopolítica norte-americana a começos do século, pós 11 de Setembro: reforçava o discurso de demonização do povo árabe e a política antiterror; desviava a atenção mundial das campanhas desmoralizadas do Afeganistão e Iraque; reforçava o entendimento da República do Sudão como Estado bandido, sustentáculo do terrorismo islâmico; abria pretexto para a intervenção num país com importantes reservas petrolíferas; compelia Cartum a assinar um termo de Paz favorável aos rebeldes do Sul.

Para além da solidariedade internacional, esses são tempos de humanitarismo armado. Duas questões preocupavam o Ocidente: o estabelecimento no Sudão de um Estado Islâmico radical e a concessão da exploração de suas potenciais reservas petrolíferas a empresas chinesas. Essas questões alimentavam, pelo menos desde o início da década de 1980, a cruenta guerra civil no país da qual Darfur era mais um capítulo.

A questão do islamismo e as reservas petrolíferas internacionalizaram o conflito

sudanês e a espetáculo descrito por Guy Debord seguido pela mídia global levava ao ponto atos de compaixão cometidos sem reflexão do indivíduo, ou seja, transformando estes em massa de manobra política. De tal modo cidadãos evasivos quanto a capacidade de julgar, inaptos a refletir sobre os eventos e os reais significados dos acontecimentos e as concepções acerca de sociedade do espetáculo (manipulação de massa) possivelmente são pontos cruciais para desenvolver uma espetacularização do genocídio ocorrido na região de Darfur.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a autodeterminação da mídia como pilar da democracia liberal, pretende-se, assim, questionar a validade dessa vinculação entre democracia e mídia, a partir de uma

perspectiva teórica que se fundamenta nos conceitos de Guy Debord onde este acredita que existe uma espetacularização das notícias como modo de manipulação social.

Além disso, em razão de, por um lado, haver um consenso teórico e histórico de que a mídia possui poder – de formar opiniões e imagens, de influenciar agendas e os poderes constituídos – se deve questionar quais são os controles democráticos existentes ao poder da mídia. Todos esses fatores confluem para a premente necessidade de estabelecer-se uma organização democrática a um poder cada vez mais sem controle da mídia, desde há muito considerado um quarto poder, que, além do mais, torna-se complexo em razão das novas tecnologias informacionais que alargam a esfera pública (a “sociedade global”), ao mesmo tempo em que ampliam o poder da mídia, pois o transformam em transnacional e desta forma tornam suas consequências mundiais.

Assim, o papel mercantil da mídia, que visa atrair a atenção dos seus consumidores sem compromisso com a formação social, voltada apenas para o lucro, torna-se distinto de seus similares de outros setores econômicos, pois, não bastasse o poder de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos produtos comuns. O aspecto crucial a observar refere-se ao fato de que a notícia como mercadoria possui uma especificidade ausente dos outros tipos de mercadoria.

Afinal, sua utilização pode causar danos a pessoas, instituições, grupos sociais e sociedades, na medida em que, no limite, as notícias possuem o poder de fabricar e distorcer imagens e versões a respeito de acontecimentos e fenômenos, simultaneamente à sua função de informar. É claro que não se trata de considerar o processo de informar como neutro, pois ele próprio submete-se a um conjunto de variáveis (como a visão do consumidor de notícias, das testemunhas e das fontes, assim como o próprio “processo produtivo” das notícias – intrinsecamente complexo).

E quando estas notícias que não são apenas notícias mais sim verdadeiros espetáculos entram em contato com cidadãos evasivos quanto à sua capacidade de julgar, muitas vezes inaptos a refletir sobre os eventos e os reais significados dos acontecimentos e as concepções acerca da própria sociedade do espetáculo e da manipulação de massas, que possivelmente são pontos relevantes para a compreensão do genocídio ocorrido na região de Darfur.

É oportuno esclarecer que tal produção (de uma mídia) sem limites, da indústria

cultural voltada para o lucro é um grande empecilho para a formação de indivíduos autônomos e independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente, pois, não obtém uma perspectiva ampla dos fatos. A indústria cultural, que tem como guia a racionalidade técnica esclarecida, prepara as mentes para o caminho da alienação em massa cujo consumidor não precisa se dar ao trabalho de pensar, é só escolher o óbvio, pois, utiliza a lógica do clichê, que coloca todas as escolhas em uma rede de raciocínio lógico que leva aos indivíduos a armadilha do óbvio que não é óbvio e sim o clichê que é citado no livro da sociedade do espetáculo.

Refutando a ideia de que o genocídio de Darfur foi causado apenas por uma rixa étnica como o senso comum afirma através dos meios de comunicação (mídia), mascarando os possíveis responsáveis pelo genocídio, pois esta indústria busca gerar uma sociedade alienada de ideias massificadas. Esquemas prontos que podem ser empregados indiscriminadamente, só tendo como única condição a aplicação ao fim a que se destinam.

Nada escapa a voracidade da indústria cultural. Todo viver finca-se na imitação e repetição de informações sem uma reflexão profunda sobre o fato. No entanto, a grande intenção da indústria cultural, que é obscurecer a percepção de todos os indivíduos, no objetivo de não existir opiniões contrárias apenas as pré-estabelecidas, desta forma desestimulando os formadores de opinião contrária a da ordem. Pois a indústria é a própria ideologia.

Os valores passam a ser regidos por ela. Até mesmo a felicidade do indivíduo é influenciada e condicionada por essa cultura. É importante frisar que a grande força da indústria cultural se verifica em proporcionar ao homem necessidades. Mas, não aquelas necessidades básicas para se viver dignamente – casa, comida, lazer, educação – e, sim, as necessidades do sistema vigente propostas pelo sistema.

A indústria cultural utilizando a mídia como ferramenta influencia a vida do ser humano de modo geral, mantendo sob o seu controle, que por sua vez por algum motivo individual que acaba se refletindo para o coletivo não tem uma linha de raciocínio próprio, já que tudo esta dentro de uma ideologia mercantil, oferecendo uma diversidade de entretenimento sem nenhuma responsabilidade, com isto, levando-os conseqüentemente, à alienação.

Não é o objetivo suprimir o direito de opinião dos órgãos de mídia que estão

envolvidos, e sim considerar a importância crítica de tais condutas para que se distanciem de uma possível manipulação midiática. Já que, os grupos responsáveis pela produção e divulgação da informação de massa se assentam em impérios econômicos, cada qual com seu fim, soberanos em seus pensamentos, ditadores de comportamento, exploradores da violência, repassadores muitas vezes de uma história unilateral. Como no caso de Darfur, que os meios de comunicação de massa não comentaram nem citaram os Estados que também participaram para o acontecimento do genocídio.

É dentro de tal perspectiva que é possível observar o significado da categoria de sujeitos ofuscados pela mídia sem controle que empobrece a condição de indivíduos, pois o progresso que não visa o desenvolvimento mental do indivíduo é uma irrefreável regressão, podendo até gerar atos de violência e crueldade, pois está baseado na sobrevalorização da mecanização tanto de atividades mentais quanto de sentido material da realidade. Desta forma os hábitos são utilizados como normas morais, servindo como “um ontem eterno e sem futuro. Seu amanhã é idêntico ao hoje” (segundo Hannah Arendt) criando assim uma falsa ideia de realidade estável e desta forma automatizando o indivíduo inserido nesta.

O pensamento dialético, arte de demonstrar no diálogo uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão é o exercício permanente de nos colocarmos no lugar do outro, de nossa singularidade. A ausência do pensamento dialético gera o homem vazio que não tem o sentimento de culpabilidade, o praticante do mal banal não conhece culpa. Age como uma engrenagem mecânica do mal. O mal banal é típico das sociedades onde reinam o anonimato e a massificação.

A sociedade do espetáculo traça com clareza novas formas de dominação e manipulação de massas. Faz uma crítica ao espetáculo de mercado do ocidente capitalista, usando o espetáculo difuso. O espetáculo, como tendência a fazer ver, por diferentes mediações especializadas, o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como sentido privilegiado da pessoa humana, mas o espetáculo não é um conjunto de imagens, como já foi dito anteriormente, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens que podem ser manipuladas de acordo com os poderes vigentes de cada momento histórico, transformando assim a realidade dos indivíduos que estão inseridos neste contexto.

Com base em uma mídia mercantilista e nas notícias espetáculos, os indivíduos encontram-se enraizados em teias de mentiras e culturas de alienação, desta maneira surge campo fértil para políticas totalitárias, onde o poder do Estado é soberano internacionalmente, podendo assim governar com o uso de instrumentos políticos que desejar, um dos mais comuns é o uso do terror e da violência desmedida que podem escalar para políticas genocidas.

O genocídio foi um termo primeiramente utilizado por Raphael Lemkin, em 1944, para nomear a destruição em massa de um determinado grupo étnico. A partir da definição criada pelo autor, inserido no contexto na Segunda Guerra Mundial e cuja sociedade internacional ficou estupefada perante a brutalidade utilizada, logo após, estabeleceram um ponto de partida para a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mesmo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos já criada houve o genocídio de Darfur no Sudão que se iniciou, oficialmente, em fevereiro de 2003, com o ataque de grupos darfurianos rebeldes a postos do governo sudanês na região, mas suas origens remontam a décadas de abandono e descaso do governo de Cartum, predominantemente árabe, para com as demais etnias que vivem no mesmo território.

A conduta do Sudão pode ser explicada no contexto da própria interpretação de Cartum sobre o conflito étnico em andamento na região de Darfur: A de que este é um assunto doméstico seu, tentando demonstrar que a crise em Darfur reflete a antiga crise de governo do país no âmbito doméstico. Nesta medida, a educação deve evitar a barbárie e buscar a emancipação humana. A educação dialética do indivíduo faz este refletir sobre os acontecimentos que ocorrem ao seu redor. Pois, existe a necessidade de pensar sobre o modo como estamos sendo imaginados e construídos. Pensar sobre a complexidade desse mundo feito de imagens, mas que nos cobra diariamente um tipo de posicionamento. Esta maneira de pensar é um convite a todos, especialmente aos que atuam nas redes de ensino, ou que pesquisam no campo educacional, aceitando como ponto de partida, que há uma tensão entre a ordem dominante, entre uma mídia que produz e veicula sentidos sobre modos de existência.

Bibliografia

AMARAL, Márcio Tavares, Filosofia da comunicação e da linguagem. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1977.

Arendt, H. Compreender Formação, Exílio e Totalitarismo.: Companhia das Letras, 2008

Arendt, H. Eichmann em Jerusalém .: Companhia das Letras, 2009

Arendt, H. Responsabilidade e Julgamento .: Companhia das Letras, 2003

Arendt, H. Sobre a Violência.: Civilização Brasileira, 2009

BBCBrasil.com | Primeira Página | Refugiados tomam funcionários de

ONGs como reféns em Darfur, [Online]. website. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2005/10/051025_darfurw.shtm

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2005/10/051025_darfurw.shtm

>. acesso. [02.mar.2010.10:55]BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

BOBBIO,N. Dicionário de Política. Brasília.: Editora UNB, 2007

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRUNETEAU, B. O Século dos Genocídios. Lisboa.: Instituto Piaget, 2004

CAMARGO, Julia. Mídia e Relações Internacionais, Curitiba: Juruá, 2009

CARVALHO,R. Compreender a África.: Editora FGV, 2005

CASTELLS,Manoel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra 2003

DERBORD, G. A Sociedade do espetáculo.: Contra Ponto Editora, 1997

HAGAN, John. Darfur and the crime of Genocide Cambridge University Press 2009

Mapa do Sudão (Disponível em:

http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://4.bp.blogspot.com/_2_CFXI1SH7E/RrERU8MVKYI/AAAAAAAAABc/13bu3Hv1jZc/s320/Darfur_Sudão_mapa.png&imgrefurl. Visitado em:

20/11/2010)

Mapa de investimento na África (Disponível em:

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7086777.stm> Visitado em: 03/11/2010.)

Mapa de gás no Sudão (Disponível em: <http://www.usaid.gov> Visitado em: 10/11/2010).

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro : Ganabara. 1989.

GRIFFITHS, Martin 50 grandes estrategistas das Relações Internacionais. São Paulo: Contexto,

2004.

SAVE DARFUR. Disponível em: < <http://www.savedarfur.org/pages/background>>. Acesso em: 14 de out. De 2009.

SILVA, Erica. A Indústria Cultural: Mídia Televisiva e a constituição do sujeito. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/2383210/A-INDUSTRIA-CULTURAL> Acesso em: 1 de novembro de 2010.

HERNANDEZ, L. A África na Sala de Aula. SP.: Edições Selo Negro, 2008

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo Editora UNB, 2003

SCHELP, Diogo. Darfur à espera de um salvador. Revista VEJA. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/241208/p_088.shtml>. Acesso em: 9 de out. De 2009.

LOST BOYS OF SUDAN. Direção de Meg Mylan; Jon Shenk. Los Angeles; ;

Actual Films; Príncipe Productions: Dist. New Video, 2003. 1 filme (87 min):

legendado, colorido; 16mm.